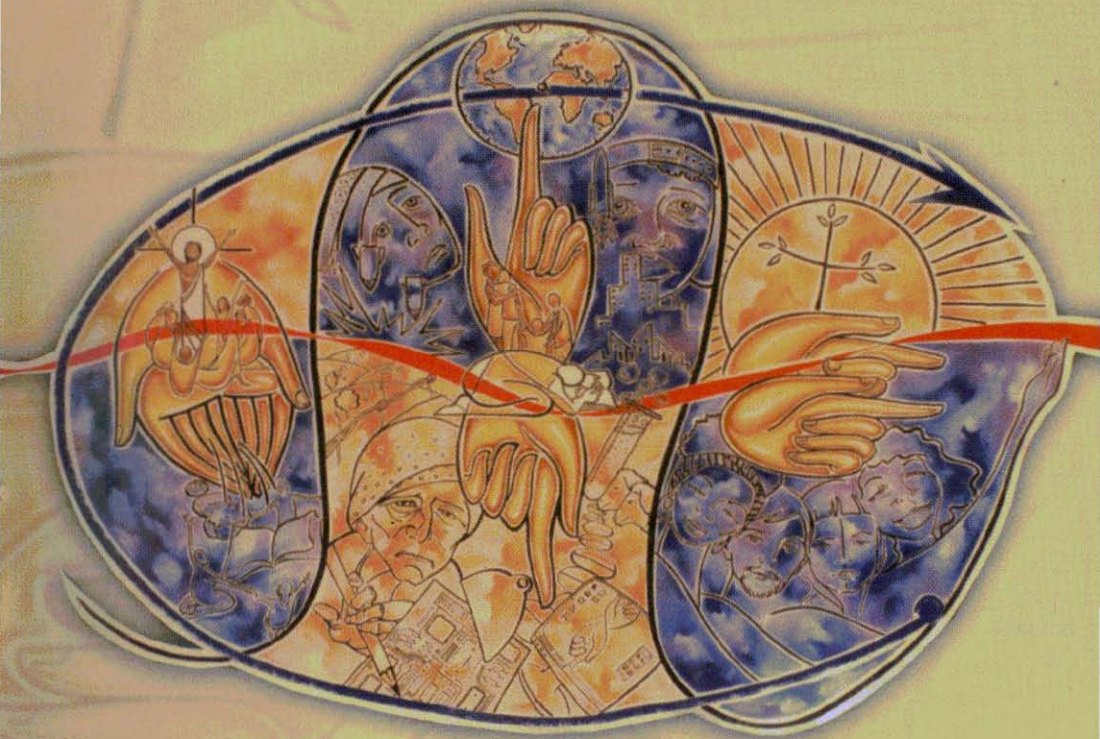


CONVERGÊNCIA



- Promover a Justiça e a Paz tarefa primordial para a vida religiosa
- O Bispo, Servidor do Evangelho, para a Esperança do Mundo
- Vida religiosa consagrada: Dom do Espírito
- Missionários de Nossa Senhora da Salette no Brasil - 100 anos de missão
- Análise de Conjuntura / Abril 2002 - Para apresentação à 40ª Assembléia Geral -



CRB

Sumário

EDITORIAL	257
PALAVRA DO PAPA	261
INFORME CRB	264
ARTIGOS	274
Promover a Justiça e a Paz tarefa primordial para a vida religiosa	274
FREI CARLOS JOSAPHAT OP	
O Bispo, Servidor do Evangelho, para a Esperança do Mundo	284
PE. ALBERTO ANTONIAZZI	
Vida religiosa consagrada: Dom do Espírito	296
CLEUSA APARECIDA NEVES	
Missionários de Nossa Senhora da Salette no Brasil – 100 anos de missão	308
PE. ATICO FASSINI, MS	
Análise de Conjuntura / Abril 2002 - Para apresentação à 40ª Assembléia Geral -	312
PEDRO A. RIBEIRO DE OLIVEIRA	

A ilustração da capa da Convergência 2002 é uma cópia do painel da XIX Assembléia Geral da CRB (2001), do autor Anderson S. Pereira, MSC. O painel chama atenção para a importância e a atualidade da temática central da Assembléia: Tempo de sinais. Sinais dos tempos.



CONVERGÊNCIA

Revista mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB

ISSN 0010-8162

DIRETORA RESPONSÁVEL:

Ir. Maris Bolzan, SDS

REDATOR RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho Editorial:

Ir. Romi Auth, FSP
Pe. Francisco Taborda, SJ
Pe. Jaldemir Vitorio, SJ
Pe. Cleto Caliman, SDB

DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24/4º andar
CEP 20038-900 - Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2240-7299

Fax (21) 2240-4486

E-mail: crb@crbnacional.org.br

PROJETO GRÁFICO E PRODUÇÃO:

LetraCapital Editora

Av. Rio Branco 123/1106

CEP 20040-005 - Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2507-4258

Fax (21) 2224-7071

E-mail: letracapital@letracapital.com.br

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do PDF sob o nº P. 209/73

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Assinatura

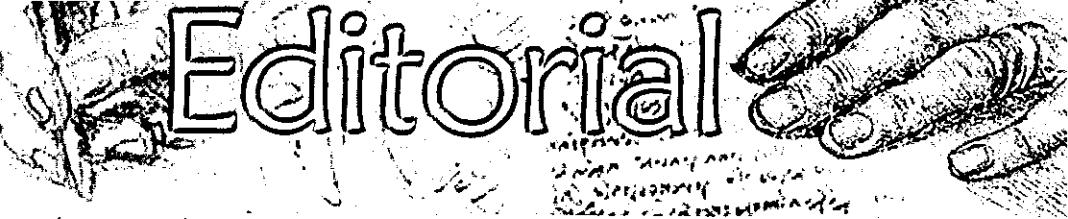
Anual

para 2002

Brasil: R\$ 80,00

Exterior: US\$ 85.00 ou o correspondente em R\$ (Reais)

Número avulsos: R\$ 8,00 ou US\$ 8.50



A metáfora do caminho

MARIA CARMELITA DE FREITAS, FI

A Vida Religiosa nas suas origens foi entendida como uma *via*, um *caminho* para a plena comunhão de amor com Deus e o serviço desinteressado aos irmãos. A partir de então, a temática do *caminho* tornou-se “modelar”, na compreensão da Vida Religiosa. O dado bíblico tornou-se particularmente inspirador neste sentido e ofereceu uma sólida fundamentação a essa temática do *caminho* na vida cristã. No Antigo Testamento o termo *caminho* expressa a maneira como um povo nômade ia construindo sua história e sua vida por caminhos diversos. *Caminho* é opção da pessoa humana (Sl 118,30), mas é também ação de Deus (Sl 24,10); é símbolo de opções morais: quem opta pela justiça, percorre esse *caminho* (Pr 8,20). No Evangelho o *caminho* é uma pessoa: Jesus Cristo (Jo 14,6). Faz-se mister caminhar nele (Cl 2,6). Nos Atos dos Apóstolos, a vida cristã, o seguimento de Jesus, é descrito como *caminho* (9,2; 18,25; 24,22).

Nas últimas décadas, sob o impulso renovador do Vaticano II, a grande maioria das Congregações empreendeu o esforço de fazer desse *caminho* um sinal sempre mais transparente e significativo na comunidade eclesial e

no mundo. *Volta às fontes, releitura dos carismas fundacionais, refundação* tornaram-se com que palavras de ordem, impulsionando um verdadeiro processo de conversão, de transformação das estruturas, dos estilos e formas de viver esse *caminho*.

Como todo *caminho*, como todo *processo*, também este da Vida Religiosa conheceu momentos de grande vitalidade e nítidos avanços, e momentos de crises, de perplexidades, de tensões e inclusive de involução. Chegou-se mesmo a falar de crise de identidade, e de perda de raízes. Nenhum processo de revisão, de auto-crítica e de refontalização está isento desses riscos. Quando se tem em conta que a dinâmica de mudanças, de *refundação* em que a Vida Religiosa foi introduzida, pela graça do Espírito, teve o efeito de introduzir um fator de *desequilíbrio* e de *a-normalidade*, na *normalidade* em que a Vida Religiosa havia se instalado, a percepção desses riscos torna-se mais aguda. Por outro lado, esse fato fez perceber que a *a-normalidade* na maneira de se auto-compreender e de se expressar, constitui precisamente o *normal* para quem *está a caminho* e ainda não chegou ao termo. Para quem

não atingiu ainda a meta do definitivo, nem transpôs os umbrais do tempo.

De fato, *estar a caminho* significa itinerância, provisoriedade, jornada inacabada, processo, projeção ao futuro, ao que ainda está por vir e não foi alcançado senão germinalmente. O oposto do *estar a caminho* é precisamente o estático, o já pronto, o acabado, a definitividade aprisionada nos limites estreitos do tempo e do espaço.

Não é fácil *estar sempre a caminho*, sujeito às intempéries, às *surpresas* da próxima curva, do túnel imprevisto, das íngremes encostas ou dos desfila-deiros abruptos. Por trás dessas metáforas está o realismo das experiências de *refundação*, de busca de novos caminhos, vividas por tantos religiosos e religiosas ao longo das últimas décadas. Quanto mais a Vida Religiosa mergulhou na inspiração evangélica das origens, mais intensamente se viu projetada às incertezas do *estar a caminho*, à humildade do não ter respostas prontas de antemão, ao risco do imprevisível, à “dinâmica do provisório”. Mais tomou consciência de que a identidade cristã (e de Vida Religiosa) não se constrói passivamente pela negação ou redução do outro, mas na dinâmica da inter-relação e da reciprocidade, ao interior do povo de Deus e no meio do mundo, “*caminhando com*” e “*servindo com*”.

É precisamente nesta ótica que se chega a entender e experimentar que a Vida Religiosa não é um “estado”, senão *um caminho de chegar a ser cristão/(ã)*, como se expressa o teólogo Jon Sobrino. A grande verdade teológica que emerge dessa visão de Vida Religiosa é a dimensão de kénosis do *ca-*

minho, ou seja, a percepção de que a experiência kenótica do *aprender-a-ser na história*, ao longo do *caminho*, através do sofrimento e da obediência, aquilo que já se é germinalmente é constitutiva da experiência cristã e que a Vida Religiosa não pode fugir a essa realidade, que é precisamente o dado teológico da encarnação, da kénosis que ilumina e dá coerência aos passos e etapas do processo.

Assumindo a sua condição de itinerância, aceitando como constitutivo da sua identidade o *estar a caminho*, a Vida Religiosa estará mais apta a repensar constantemente o sentido profundo dos grandes eixos que a definem como projeto de seguimento de Jesus, ou seja, a experiência de Deus, a missão, a comunidade; e sobretudo, a repensar as formas concretas de expressar e viver esse projeto. E estará mais preparada também para responder aos grandes desafios que procedem do mundo atual, globalizado e fragmentado ao mesmo tempo.

Tudo isso coloca para a Vida Religiosa de hoje questões iniludíveis: Como ser presença significativa e profética na sociedade atual, trabalhada pelas contradições de um sistema gerador de exclusão e desestabilização social? Como aprender a discernir no horizonte desses novos tempos as interpelações do Espírito? Como assumir os riscos e as inevitáveis tensões do *estar sempre a caminho*, sempre itinerante? Como, a partir dessa itinerância, alimentar a esperança dos pequenos, diante de um sistema econômico que se pretende absoluto e definitivo?

Os artigos publicados na CONVERGÊNCIA deste mês de junho querem

oferecer às Comunidades um rico material de reflexão, apto a alimentar o seu compromisso de seguidores de Jesus e capazes de inspirar a sua busca de respostas novas aos novos desafios do *caminho*.

O artigo – “Promover a Justiça e a Paz. Tarefa primordial para a Vida religiosa” –, de Fr. Carlos Josaphat, OP, trata com maestria a candente questão da Justiça e da Paz na sociedade desigual e violenta de hoje. Evocando algumas das grandes intuições do Vaticano II e de documentos da Igreja voltados aos problemas primordiais da humanidade, o autor apresenta uma rica e desafiadora proposta para a Vida Religiosa na linha da construção de uma sociedade justa e solidária, espaço de convivialidade na paz e no mútuo respeito entre povos e nações, grupos e indivíduos. A delicada questão “Profetismo e Sistema”, tal como hoje é conhecida e experimentada é focalizada com clarividência e audácia: “Todo o segredo da eficácia de uma estratégia em prol da promoção de justiça e da paz está em bem compreender a dimensão profética da vocação cristã e especialmente da vida consagrada, em bem decifrar o caráter sistêmico da sociedade, sobretudo em sua etapa de globalização acelerada hoje”. O autor alerta ainda para o risco que as instituições religiosas e eclesiais correm hoje de se afogarem nas ondas crescentes do pietismo associal e na grande voga da injustiça globalizada.

P^{re}. Alberto Antoniazzi no seu artigo – “O Bispo, servidor do Evangelho para a esperança do mundo” – faz um balanço crítico, notavelmente lúcido e

bem documentado, do último Sínodo dos Bispos, acontecido em Roma no fim do ano 2001, e que versou sobre a figura e o ministério do Bispo no novo milênio. Partindo de uma breve alusão à estrutura mesma do Sínodo, o autor se detém na apresentação da panorâmica das intervenções pessoais proferidas pelos Padres Sinodais e pelos “auditores” convidados nos primeiros dias do Sínodo, chamando a atenção para a riqueza de conteúdo dessas primeiras sessões sinodais. Nessa exposição ficam muito claras as principais preocupações dos Bispos, tais como a espiritualidade, a situação dos pobres, a paz, a evangelização e a própria missão do Bispo. Num segundo momento, o texto discorre sobre as etapas seguintes do sínodo, sinalizando para as limitações que apresentam essas etapas. O autor conclui o texto acenando para as principais contribuições do Sínodo para a vida da Igreja hoje.

“Vida Religiosa: Dom do Espírito”, de Cleusa Aparecida Neves, é um interessante artigo que convida a repensar os fundamentos da nossa vocação de religiosos e religiosas neste início de um novo milênio. A autora insiste no caráter de seguimento da Vida Religiosa e lembra que este supõe estar sempre em processo de renovação, de refundação, sempre a caminho. Conhecer as causas da atual insatisfação com os atuais “modelos” de seguir Jesus na Vida Religiosa hoje e tratar de superá-los, sobretudo através de uma atenção especial ao processo da formação contínua, é um desafio que a Vida Religiosa tem pela frente e do qual não tem como fugir. No dizer da autora, “a Vida Religiosa é um grande processo que vai

acontecendo. O entusiasmo do início deve permanecer através do tempo. Eis o grande desafio: encarnar na própria história o ideal sonhado e proclamado publicamente. Fazer do sonho uma realidade”.

Padre Ático Fassini no seu texto “Missionários de Nossa Senhora da Salette no Brasil. Cem anos de missão”, apresenta uma “memória” do itinerário da Missão dos Padres da Salette, que celebram seu ano jubilar. O texto traça o perfil do Religioso Saletino, e chama a atenção para os principais desafios que são chamados a enfrentar no início deste novo milênio, entre os quais se destaca o desafio de um mundo dividido e de uma sociedade excludente, sob a hegemonia do neoliberalismo. A

partir da experiência dos religiosos saletinos, toda a Vida Religiosa está chamada a testar a veracidade do seu compromisso com o seguimento de Jesus na complexa situação que atravessa a humanidade.

O texto de Pedro Ribeiro de Oliveira – “Análise de conjuntura” – apresentado à 40ª Assembléia Geral da CNBB é um subsídio de notável importância para o conhecimento da realidade sócio-econômica e cultural da presente conjuntura brasileira. O autor apresenta de forma lúcida e documentada os diferentes fatores que estão contribuindo para a configuração da conjuntura atual e aponta alguns caminhos alternativos para a sociedade e a Igreja.

Palavra do Papa

Homilia do Santo Padre por ocasião da beatificação de seis servos de Deus

1. "O próprio Jesus aproximou-se e começou a caminhar com eles" (Lc 24,15). Como acabamos de escutar na página evangélica do dia de hoje, Jesus faz-se viandante, aproximando-se de dois discípulos que se dirigiam para a aldeia de Emaús. Explica-lhes o sentido das Escrituras e em seguida, tendo chegado ao destino, parte o pão com eles, exatamente como tinha feito em companhia dos Apóstolos na noite antes da sua morte na cruz. Nesse momento, os olhos dos discípulos abriram-se e eles reconheceram-no (cf. v. 31).

A experiência pascal de Emaús renova-se continuamente na Igreja. Podemos contemplar um exemplo admirável disto também na existência daqueles que, hoje, tive a alegria de elevar à glória dos altares: Caetano Errico, Ludovico Pavoni e Luís Variara, presbíteros; Maria do Trânsito de Jesus Sacramentado, virgem; Artemides Zatti, religioso; e Maria Romero Meneses, virgem.

Como os discípulos de Emaús, estes novos Beatos souberam reconhecer a presença viva do Senhor na Igreja e, vencendo dificuldades e temores, tornaram-se testemunhas entusiastas e corajosas diante do mundo.

2. Não foi com coisas perecíveis... que fostes resgatados... [mas] pelo precioso sangue de Cristo" (1Pd 1,18-19). Estas palavras, tiradas da segunda Leitura, fazem-nos pensar no Beato Caetano Errico, presbítero e fundador da Congregação dos Missionários dos Sagrados Corações de Jesus e de Maria.

Numa época assinalada por profundas mudanças políticas e sociais, diante do rigorismo espiritual dos jansenistas, Caetano Errico anunciou a grandeza da misericórdia de Deus, que sempre chama à conversão aqueles que vivem sob o domínio do mal e do pecado. Verdadeiro mártir do confessor, o novo Beato passava ali dias inteiros, oferecendo o melhor das suas energias ao acolhimento e à escuta dos penitentes. Com o seu exemplo, ele estimula-nos a descobrir de novo o valor e a importância do sacramento da Penitência, onde Deus distribui a mãos-cheias o seu perdão e manifesta a sua ternura de Pai aos seus filhos mais frágeis.

"Deus ressuscitou este Jesus. E todos nós somos testemunhas disto" (At 2,31). Esta consciência íntima, que se tornou fé apaixonada e indômita, ori-

entou a experiência espiritual e sacerdotal de Ludovico Pavoni, presbítero, fundador da Congregação dos Filhos de Maria Imaculada.

Dotado de um ânimo particularmente sensível, comprometeu-se com todo o seu ser na assistência aos jovens pobres e abandonados e, de maneira especial, aos surdos-mudos. A sua atividade era desempenhada em muitos setores, do campo da educação ao das publicações, com originais intuições apostólicas e corajosas ações inovadoras. Na base de tudo havia uma sólida espiritualidade. Com o seu testemunho, ele exorta-nos a confiar em Jesus e a mergulhar cada vez mais no mistério do seu amor.

3. "Começando por Moisés e continuando por todos os Profetas, Jesus explicava aos discípulos todas as passagens da Escritura" (Lc 24,27). Nestas palavras do Evangelho de hoje, Jesus manifesta-se como companheiro no caminho da vida do homem e como Mestre paciente, que sabe modelar o coração e iluminar a mente para que compreenda o desígnio de Deus. Depois do seu encontro com Ele, os discípulos de Emaús, superando o desânimo e a confusão, regressaram à comunidade cristã nascente para lhe anunciar a alegre notícia: viram o Senhor ressuscitado.

Esta espiritualidade é um elemento comum em três dos novos Beatos, que procuraram a santidade à sombra de Dom Bosco e da tradição salesiana. A elevação aos altares, do Padre Luís Variara, do Senhor Artemides Zatti e da Irmã Maria Romero constitui uma grande alegria para esta Família religiosa.

4. Da Itália, nomeadamente da

Diocese de Asti, partiu para a Colômbia o salesiano, Padre Luís Variara, seguidor fiel de Jesus misericordioso e próximo dos desamparados. Desde o início, dedicou a sua energia juvenil e a riqueza dos seus dons, ao serviço dos leprosos. Primeiro salesiano ordenado sacerdote na Colômbia, conseguiu reunir à sua volta um grupo de moças consagradas, entre as quais se encontravam algumas leprosas ou filhas de leprosos e, por isso, não eram aceitas nos Institutos religiosos. Com o passar do tempo, este grupo transformou-se na Congregação das Filhas dos Sagrados Corações de Jesus e de Maria, Instituto florescente, hoje presente em muitos países.

Artemides Zatti, coadjutor salesiano, partiu com a sua família da Diocese de Régio da Emília em busca de uma vida melhor na Argentina, a terra sonhada por Dom Bosco. Ali ele descobriu a sua vocação salesiana, que se realizou num serviço apaixonado, competente e repleto de amor pelos enfermos. Os seus quase cinquenta anos passados em Viedma representam a história de um religioso exemplar, pontual no cumprimento dos seus deveres comunitários e totalmente dedicado ao serviço dos necessitados. O seu exemplo nos ajuda sempre a ser conscientes da presença do Senhor e nos leve a recebê-lo em todos os irmãos necessitados.

A Irmã Maria Romero Meneses, Filha de Maria Auxiliadora, soube refletir o rosto de Cristo que se faz reconhecer no partir do pão. Nascida na Nicarágua, realizou a sua formação para a vida religiosa em El Salvador, e passou a maior parte da sua vida na Costa Rica. Esses queridos povos cen-

tro-americanos, agora unidos no júbilo da sua beatificação, poderão encontrar na nova Beata, que muito os amou, abundantes exemplos e ensinamentos para renovar e fortalecer a sua vida cristã, profundamente enraizada nessas terras.

Com um amor apaixonado a Deus e uma confiança ilimitada no auxílio da Virgem Maria, a Irmã Maria Romero foi uma religiosa exemplar, apóstola e mãe dos pobres que, sem excluir ninguém, eram os seus prediletos! A sua recordação seja uma bênção para todos, e que as obras fundadas por ela, entre as quais destacamos a "Casa da Virgem" em São José, continuem a ser fiéis aos ideais que lhes deram origem!

5. "Não ardia o nosso coração, quando Ele nos falava pelo caminho e nos explicava as Escrituras?" (Lc 24,32). Esta surpreendente confissão daqueles discípulos que foram os primeiros a ir a Emaús teve lugar também na vocação da Madre Maria do Trânsito de Jesus Sacramentado Cabanillas, fundadora das irmãs Terciárias Missionárias Franciscanas e a primeira argentina a alcançar a honra dos altares.

A chama que ardia no seu coração levou Maria do Trânsito a buscar a in-

timidade com Cristo na vida contemplativa. A sua chama não se extinguiu quando, por enfermidade, ela teve de abandonar os Mosteiros em que vivia, mas perseverou com confiança e abandono à vontade de Deus, que continuou a procurar incessantemente. Então, o ideal franciscano manifestou-se como o verdadeiro caminho que Deus queria para ela e, com a ajuda de diretores sábios, empreendeu uma vida de pobreza, humildade, paciência e caridade, dando vida a uma nova Família religiosa.

6. "Mostrai-nos, Senhor, o caminho da vida" (Antífona do Salmo responsorial). Façamos nossa esta invocação do Salmo responsorial, que acabamos de entoar. Temos necessidade de que o Redentor ressuscitado nos indique o caminho, nos acompanhe pela senda e nos oriente para a plena comunhão com o Pai celestial.

Mostrai-nos o caminho da vida! Somente Vós, Senhor, podeis indicar-nos o verdadeiro caminho da vida, o único que nos conduz para a meta, como aconteceu com os Beatos que hoje resplandecem na glória do Céu.

Joannes Paulus m. II

Informe CRB

1. IV Encontro Latino-Americano de Bispos e Religiosos

Quito, Equador, 15 a 18 de Março de 2002

Na “Casa Betânia” da Conferência Episcopal do Equador, no “Valle de los Chillos” de 15 a 18 de Março, realizou-se o IV Encontro Latino-americano de Bispos e Religiosos (EOR), Presidentes de Comissões Mistas e das Conferências Nacionais de Religiosos, com os bispos membros do Departamento de Vida Consagrada do CELAM, DEVIC, e a Presidência da CLAR. O tema foi: “As Mútuas Relações Bispos-Religiosos, a partir de experiências vividas à luz do documento “Novo Millennio Ineunte”.

Foi uma experiência de encontro cordial que ajudou a continuar avançando no caminho da comunhão. Três palavras marcaram o itinerário do Encontro: OLHAR, CAMINHO, COMUNHÃO.

OLHAR o mundo com os olhos de Jesus, foi um convite às/aos participantes para contemplar com o coração, deixando-se tocar por essa realidade profundamente marcada pela injustiça, pobreza e desumanização, que vai sendo produzida pelo sistema neoliberal.

Bispos e religiosos, fazendo memória do CAMINHO de comunhão percorrido nos últimos anos, perceberam os sinais da ação do Espírito que sem-

pre impulsiona para atingir a unidade, que torna possível acreditar na mensagem de fraternidade proclamada pelo Evangelho.

O desejo de tornar mais real o espírito de COMUNHÃO, através de um diálogo aberto sobre as inquietações guardadas no coração de muitas/os, confirmou a importância de perseverar no empenho de superar atitudes que impedem uma aproximação sincera, e uma escuta mais atenta e disposta a compreender.

Através do aprofundamento do documento “Novo Millennio Ineunte”, viu-se de maneira mais clara a necessidade de fazer, pacientemente, um caminho espiritual que pede conversão e reconciliação e leve à fonte da comunhão (NMI 43); este caminho só é possível quando se persevera na contemplação do rosto de Cristo, e se decide segui-lo.

No final do Encontro, surgiu a necessidade de se estabelecer alguns critérios, linhas de ação e propostas comuns que serão trabalhados pelas Comissões Mistas e de Vida Consagrada das Conferências Episcopais e pelas Conferências Nacionais de Religiosos,

a fim de fortalecer as relações mútuas e, ao mesmo tempo, favorecer a concretização da missão que une bispos e religiosos no anúncio e construção do Reino.

Foi unânime o desejo das/os participantes de que esses encontros não se reduzam a momentos pontuais, mas que sejam um processo que ajude àquelas e àqueles, que deles participam, a avançar no caminho da comunhão.

Critérios, Linhas de Ação e Propostas para as Mútuas Relações

Jesus crucificado e ressuscitado aproximou-se de nós, reunidas e reunidos no IV Encontro de Bispos e Religiosos, e nos convidou a olhar com seus próprios olhos nosso mundo, a contemplá-lo a partir do coração, deixando-nos tocar por essa realidade profundamente marcada pela injustiça, pobreza e desumanização. Também partilhamos os sinais da ação do Espírito em nossa caminhada conjunta dos últimos anos, e nela sentimos o apelo a seguir Jesus em sua missão, acolhendo o convite do Papa João Paulo II: "Duc in altum". Bispos e Religiosos, querendo remar em comunhão, acolhemos os seguintes critérios, linhas e propostas.

Critérios

1. Num mundo pluralista como o nosso, a Igreja deve empenhar-se para acolher as diversas culturas fazendo da *inculturação* um elemento importante de sua tarefa evangelizadora; a integração cordial das pessoas que vêm de outras culturas para colaborar na missão será um sinal da valorização da diversidade cultural realizada pela Igreja.

2. A *comunhão*, assumida como

caminho espiritual que exige conversão, será o critério central de nossas relações mútuas. Precisamos perseverar neste caminho para tornar real a eclesiologia de comunhão e participação, promovida pelo magistério desde o Vaticano II, e assumida nos documentos da América Latina.

3. O diálogo numa atitude de escuta, que exige o reconhecimento da outra pessoa, e pela missão que encerra como interlocutor/a válido, é o instrumento para cultivar os relacionamentos fraternos que o Evangelho nos pede. Com esse critério, os irmãos e as irmãs que estão à frente das Conferências dos Religiosos serão reconhecidos/as, afetiva e efetivamente.

Linhas de Ação

1. Fazer com que as diferentes instâncias de encontro e diálogo, promovidas em cada Igreja particular, sejam um sinal de comunhão eclesial num mundo que luta pelo poder e pela posse, descobrindo o que impede a comunhão e construindo um caminho de reconciliação para que o mundo creia.

2. Fazer das Igrejas particulares o lugar da comunhão na diversidade de dons e carismas, o que requer:

- da parte dos bispos, o conhecimento e acolhida dos diferentes carismas presentes em sua igreja e a elaboração de planos de pastoral em que todos participem e se integram;
- da parte dos consagrados e consagradas, uma vivência radical de seus próprios carismas como colaboração específica à pastoral de conjunto.

3. Potencializar os organismos de diálogo, comunhão e coordenação

existentes, e organizar outros, se for conveniente, em nível nacional e diocesano.

4. Promover nos seminários o estudo da teologia da vida consagrada, e nos institutos religiosos a teologia da Igreja particular.

5. Potencializar a presença da mulher consagrada nas diferentes instâncias pastorais, paroquiais e diocesanas, incluindo as instâncias de caráter decisório.

Propostas

1. Rever, por parte de DEVIC e da CLAR, as propostas dos encontros anteriores, e avaliar sua caminhada. Promover esses encontros de bispos e religiosos, a nível regional e continental, procurando apresentar uma agenda prévia que permita recolher o sentimento de todos e todas a fim de partilhá-lo na reunião. Cuidar para que esses encontros não sejam atividades episódicas, mas, sim, um processo que ajude aos/às participantes a avançar na comunhão.

2. Fazer com que a experiência vivida neste IV EOR seja partilhada nas Conferências Episcopais e de Religiosos, e que se conheça seu conteúdo através de seus próprios meios de comunicação: boletins, revistas, páginas WEB etc, fazendo memória agradecida da ação do Espírito nesse esforço conjunto.

3. Abrir um espaço nas páginas WEB das Conferências Episcopais e de Religiosos, para se propor reflexões e partilhas de experiências que favoreçam a comunhão na Igreja.

4. Motivar a criação de Comissões Mistas, ou semelhantes onde não exis-

tem, e apoiar as existentes, para que se cumpram com eficácia os objetivos formulados nos próprios estatutos.

5. Retomar, nas Comissões Mistas, ou semelhantes, a preocupação pela inconsistência vocacional, e promover um estudo conjunto sobre o discernimento e seleção vocacional, e da formação para a vida sacerdotal e religiosa.

6. Em relação às novas formas de vida consagrada, mesmo sabendo que cabe aos bispos o discernimento dos carismas, procurar o apoio e a colaboração das Conferências Episcopais e de Religiosos.

7. Apoiar as famílias religiosas em seu processo de integrar os leigos e leigas que queiram participar do carisma congregacional.

8. Dar a conhecer a natureza e os objetivos do DEVIC, CLAR, comissões Mistas, às províncias religiosas e às Conferências de Religiosos, em vista de melhor articulação e complementação no serviço da Vida Consagrada no continente.

9. Discernir e esclarecer, nas Comissões Mistas e outras instâncias de diálogo, o tema dos pronunciamentos da Igreja diante de fatos e situações, tendo em conta que não se pode colocar no mesmo plano a palavra do Magistério e outras vozes de grupos de Igreja, que podem ser complementares.

Quito, 18 de março de 2002.

Angel Garachana Pérez, CMF
Bispo de San Pedro Sula, Honduras
Presidente do DEVIC – CELAM

Irmã Carmen Margarita Fagot, RSCJ
Presidente da CLAR

2. Colocações da Ir. Maris Bolzan, presidente da CRB na 40ª Assembléia da CNBB

1. Introdução

Ao ressaltar o evento jubilar e parabenizar a CNBB pelos seus 50 anos de fecunda caminhada histórica, é oportuno fazer uma breve memória das raízes da CRB – que também nasce naquele rico contexto do imediato pré-Vaticano II.

Década de 50 – Os tempos estavam maduros para maior colaboração e maior articulação de forças entre os institutos religiosos.

2. A idéia de unir-se em Conferência

1950 – Pio XII convoca o Congresso Internacional para Religiosas/os chamado de “Congresso Geral dos Estados de Perfeição”, realizado em Roma nos dias 29/11 a 08/12/1950.

Objetivo: Aggiornamento da VR – oportunizar estudo, reflexão e confronto com as exigências e necessidades da época.

Tema: A renovação dos “estados de perfeição” adaptando-os aos tempos e condições do presente.

Pio XII – no encerramento do Congresso, pronunciou um importante discurso que suscitou nos presentes um sério empenho de renovação da vida religiosa e de maior articulação entre seus membros.

Foi ali que se firmou a idéia de unir os religiosos e religiosas em Conferências – instituição de âmbito nacional (organizações estáveis de Superiores/as Maiores). Essas mesmas Conferên-

cias estão contempladas no atual Direito Canônico (Can. 708 e 709). As Conferências de Religiosos/as têm a seguinte **finalidade**:

- Animar a VR.
- Promover a comunhão e contribuir para que cada Instituto Religioso melhor consiga alcançar suas finalidades, salvaguardando sua autonomia.
- Promover uma articulação mais eficaz para o bem da Igreja, estabelecendo uma oportuna coordenação e colaboração com a Conferência dos Bispos (no nosso caso, a CNBB).
- Ser uma instância de diálogo com os Bispos, em particular, e com outros Organismos.

2. Fundação: A CRB nasce no Congresso Nacional de Religiosas/os no Brasil.

De 07 a 13 de fevereiro de 1954, realizou-se no Rio de Janeiro o Congresso Nacional de Religiosas/os. A iniciativa de convocar esse Congresso veio do Cardeal Valerio Valeri, Prefeito da Pontifícia Congregação para os Religiosos, em carta enviada a Dom Jaime de Barros Câmara, Cardeal do Rio de Janeiro. Ele foi precedido por um ano de intensa preparação. Neste contexto, no dia 11 de fevereiro de 1954, foi fundada a CRB.

A **temática** do Congresso foi articulada em 3 eixos de reflexão:

- VR perante as novas condições da vida moderna

- As vocações e a formação
- O apostolado das religiosas e dos religiosos.

Convém ressaltar que a CRB nasce num clima fraterno e **sororal** com a CNBB, que desde o início demonstrou um grande interesse e estima pela nossa Conferência, fazendo-se representar pelo seu secretário geral Dom Helder Câmara, o qual acompanhou, com sua solicitude carismática e visão aberta, todas as atividades do Congresso, concretizando, já muito antes, o que irá recomendar depois o documento “Mutuae Relationes”, n.º 63.

3. Perfil da CRB

Desde o começo a CRB traça seu perfil, assumindo ser:

- Um elo de unidade entre os Institutos de vida religiosa feminina e masculina.
- Veículo de compreensão e ajuda mútua respeitando a índole própria e autonomia de cada Instituto Religioso.
- Articuladora de iniciativas, coordenadora de atividades num plano comum de ação e no espírito da intercongregacionalidade.
- Ambiente de valorização dos carismas próprios de cada instituto religioso a serviço da Igreja universal e particular.
- Espaço de diálogo e colaboração com outras instâncias, CNBB...

Os Estatutos da CRB foram aprovados pela Santa Sé, pela primeira vez, em 26/03/1955, recebendo a cada nove anos uma nova ratificação por parte da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de

Vida Apostólica. A última ratificação foi dada por Roma em 1996.

- Ela foi declarada de utilidade pública federal em 1960.
- Sociedade civil filantrópica desde 1966.

Atualmente a CRB conta com 20 Seções Regionais, num total de quase 50 mil membros associados, dos quais 70% são mulheres.

4. Colaboração Continental

CLAR – Confederação Latinoamericana de Religiosas e de Religiosos.

Fundada em: 02/03/1959.

Conta com 22 **Conferências Nacionais de Religiosas/os**, com mais ou menos 150 mil afiliados dos quais três quartos (3/4) são mulheres.

Seu Objetivo: Acompanhar e animar a VR no continente em vista de uma presença efetiva e profética.

5. Projeto da CLAR: “Pelo Caminho de Emaús”

A CLAR, buscando ser fiel a sua missão, oferece à VR da América Latina e Caribenha um caminho de refundação, iluminado pelo texto de Lucas 24.

Emaús é um lugar teológico que ilumina o acontecer de Deus no hoje da Vida Religiosa. A história nos ensina que os caminhos da VR estão permeados de experiências semelhantes àquelas vividas pelos discípulos de Emaús.

Objetivo: Impulsionar uma VR que vivencie, em fidelidade criativa, sua resposta hoje, inserida numa sociedade que cria cada vez mais excluídos, e é cada vez mais desumanizadora, desconsiderando os direitos humanos e da criação.

6. O processo será feito em três etapas:

1ª – Ano 2001 – A memória a partir do presente

Consta de oito roteiros. (Ex.: 1. Escutar a ousadia do sonho – v.14.)

2ª – Ano 2002 – Desafios do contexto latinoamericano e caribenho.

Aprofundar as 5 linhas da CLAR:

1. Renovada opção pelos pobres.
2. O mundo dos jovens
3. A mulher e o feminino
4. Espiritualidade encarnada, libertadora e inculturada
5. Nova eclesialidade

3ª – Ano 2003 – Projeções e perspectivas de refundação

A VR na AL e Caribe assumindo o projeto da CLAR “**Pelo Caminho de Emaús**”, quer percorrer a estrada que conduz não somente ao reconhecimento do Ressuscitado, como também ao compromisso que gera vida e esperança para a humanidade hoje.

A refundação da VR, situada no contexto da renovação que pediu o Congresso Internacional de 1950 e o Vaticano II, implica em ter presente os grandes acentos, tendências, apelos, desafios, urgências da realidade global. Fora do presente não há fidelidade criativa e nem refundação.

O novo estatuto da CNBB, no art. 7, diz o seguinte: “Para fomentar a comunhão e a colaboração pastoral e visando a promoção da evangelização e do bem comum, a CNBB mantém relacionamento permanente e encontros regulares com outras organizações católicas..., especialmente com a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB)”.

Nesta perspectiva, um passo a ser dado, para impulsionar as mútuas relações e a colaboração entre nós, seria definir melhor e dar vigor e operatividade ao papel do Bispo referencial junto à CRB. Num encontro que tivemos com Dom Marcelo Pinto Carvalheira, Vice-presidente da CNBB e Bispo Referencial para o diálogo com a CRB, vimos a necessidade de definir melhor, com a Presidência da CNBB, essa função de Bispo Referencial para a Vida Religiosa, não só em âmbito nacional, mas também em cada Regional.

7. IV Encontro Latino-americano de Bispos e Religiosas/os (IV EOR)

Convocado pelo Departamento de Vida Consagrada do CELAM (DEVIC) e pela CLAR e realizado em Quito, nos dias 15 a 19/03/2002.

a) Tema

Mútuas relações entre Bispos e Religiosas/os no hoje da América Latina, a partir das experiências vividas à luz da carta apostólica “ Novo Millenio Ineunte”.

b) Participantes

Presidência da CLAR e Comissão Episcopal do DEVIC.

Secretário geral do CELAM.

Presidentes/Bispos da Comissão Episcopal e Mistas de cada Conferência Episcopal Nacional.

Presidentes das Conferências Nacionais de Religiosas e de Religiosos.

Presidente da Conferência dos Institutos Seculares da América Latina (CISAL) e Superiores Maiores de Ordens Contemplativas.

Outros Convidados e Assessores.

c) Passos metodológicos

- Um olhar para a realidade.
- Uma iluminação para o caminho.
- Linhas comuns que favoreçam uma práxis de comunhão eclesial.

d) Síntese Final

Crítérios

- Inculturação e diálogo.
- Cultivar uma espiritualidade de comunhão.
- Percorrer o caminho sinodal: eclesiologia de comunhão, a partir das orientações do Vaticano II.
- Reconhecimento da Presidência das Conferências Nacionais de Religiosos, considerando-os interlocutores credíveis.

Linhas comuns

- Ser sinal de comunhão num mundo que luta pelo poder.
- Fazer da igreja particular um lugar de comunhão dos diversos carismas, dons e ministérios.
- Fazer da animação do DEVIC e da CLAR um processo permanente.
- Potencializar os mecanismos de comunhão e participação já existentes.
- Esclarecer a natureza, o objetivo, os fins e critérios das Comissões Episcopais Mistas e dos Bispos Referenciais.

Propostas

- Promover encontros Nacionais/Regionais, semelhantes ao IV EOR.
- Refletir sobre as novas formas de vida consagrada (formação de novos grupos).
- As Vocações e Ministérios.
- Maior valorização da Vida Consagrada feminina e sua maior participação efetiva nos processos decisórios.

8. *Espiritualidade de comunhão – Testemunhas de esperança para o mundo*

Somos convocadas e convocados a fazer da Igreja a casa e escola de comunhão.

Compreendemos que o ministério episcopal e o carisma das consagradas e consagrados são elementos constitutivos de uma Igreja-comunhão. São realidades complementares. Ambas são necessárias, dadas para a edificação do Corpo de Cristo.

Muito se tem falado e escrito sobre a necessidade de promover a colaboração, o diálogo, a participação, etc. O documento “Mutuae Relationes” nos pede um esforço permanente neste sentido.

Sabemos que não faltam aqui e acolá dificuldades, atritos, tensões e até mútuas acusações, ao invés de “mútuas relações”. O desafio que se nos apresenta é de cultivar uma espiritualidade de comunhão (NMI), capaz de nutrir e favorecer:

- uma práxis de comunhão-participação na diversidade de carismas, dons e ministérios
- maior conhecimento e confiança recíprocos
- um respeito reverente ao mistério do outro e da outra como pessoa
- uma amizade evangélica amadurecida entre Bispos/Clero e Religiosos/Religiosas em vista da missão comum de “construir o Reino de Deus”.

O nosso empenho é de buscar, integrar, transformar e canalizar as tensões, que surgem nas “mútuas relações”, em energias a serviço da caridade, da justiça e da solidariedade, visto que a co-

munhão se dá no encontro com a diversidade e a alteridade, e na acolhida do diferente. Tema este refletido e aprofundado no IV EOR, em Quito.

Para concluir, gostaria de compartilhar com toda a simplicidade de irmã uma pergunta que me deixa inquieta e pensativa: “Por que os homens se reapropriam – só para si e de modo tão contundente e excludente –, de um bem da Igreja que redundaria em grande benefício para todo o povo de Deus: o diaconato?” Não pretendo receber ne-

nhuma resposta, mas apenas deixar esta pergunta para ulterior discernimento. E, ao me referir a este ministério, não estou pensando na vida consagrada, mas na grande multidão de mulheres que são a grande maioria na nossa Igreja. E acrescentaria: tirem as mulheres das comunidades cristãs, das paróquias, das dioceses e das situações de fronteira e vejam como fica!.

Irmã Maris Bolzan, SDS

Presidente Nacional da CRB

3. Em favor da Paz no Oriente Médio

Alimento, Dom de Deus, Direito de Todos!

Homilia do Presidente da CNBB, dom Jayme Henrique Chemello, na missa do dia 14 de abril, em Aparecida (SP)

Alimento, Dom de Deus, Direito de Todos!
“Dai-lhes vós mesmos de comer” (Mc 6,37).

“**A**s alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” (GS 1). É nesta fidelidade a Jesus, a serviço do povo de Deus, que celebramos, como pastores, a vida de nossas comunidades de fé, a graça de caminharmos juntos com elas, e a alegria da comunhão e colaboração fraternas no seio da nossa Conferência Episcopal que celebra seus 50 anos de fundação. Entretanto, nos preocupa e aflige a desumana miséria e a fome que atingem dezenas de milhões de brasileiros. Encontrando-nos com eles, somos toma-

dos pelo mesmo sentimento de Jesus, que “encheu-se de compaixão..., porque eram como ovelhas sem pastor” e convocou os discípulos dizendo: “Dai-lhes vós mesmos de comer” (Mc 6,34,37).

Apesar de todo o progresso tecnológico e de toda a modernização da economia, a fome persiste como o indicador mais visível e grave da situação desumana que coloca nosso país entre os mais injustos do Planeta. As desigualdades sociais crescem como fruto deste modelo de globalização do mercado, que concentra poder e riqueza enquanto faz diminuir os postos de trabalho nas atividades econômicas na cidade e no campo. Degrada a nature-

za, causa de desastres ecológicos e multiplica, a cada dia, o número de excluídos. Existe, entretanto, alimento suficiente para todos e a fome e a miséria se devem à má distribuição da terra e à desigual repartição dos bens e da renda. Daí brota a interpelação: Como pode uma população cristã, em sua maioria, conviver com tal situação? A consciência cristã clama, pois nada pode justificar que tantos irmãos e irmãs padeçam fome.

“Dai-lhes vós mesmos de comer”. Não bastam, meus irmãos e minhas irmãs, respostas paliativas e compensatórias a um problema que exige outra mentalidade e políticas públicas adequadas, firmes e ousadas. Faz-se necessária também uma mudança espiritual. Como nos ensina o Papa João Paulo II: “... há na pessoa dos pobres uma especial presença de Cristo, obrigando a Igreja a uma opção preferencial por eles” (NMI 49).

“Dai-lhes vós mesmos de comer”. Agora não é mais tempo de espera, mas de tomada de posição. A vinha amadureceu, é tempo de colheita. Não é aceitável ficarmos indiferentes diante da injustiça, da exclusão social, da fome frente ao consumismo exacerbado e ao desperdício. Não podemos assistir impassíveis à destruição do planeta, terra e água, agravada por um modelo econômico que busca o lucro a qualquer custo, particularmente na especulação financeira. O momento urge. Sigamos, pois, os passos de Jesus, firmados na sua palavra de alento: “No mundo, tereis aflições. Mas tende coragem! Eu venci o mundo” (Jo16, 33).

“Dai-lhes vós mesmos de comer”.

Impõe-se a construção de uma nova sociedade, de justas relações entre homens e mulheres, e entre todas as pessoas que buscam alternativas solidárias. O resgate da dignidade humana, especialmente dos pobres, não pode limitar-se à assistência emergencial, mas exige que todos participem na transformação da sociedade e da economia, promovendo uma ordem voltada para o bem comum. O Reino é vida nova, defesa incondicional da pessoa humana como centro de decisões políticas alicerçadas em princípios éticos; uso sóbrio e responsável dos recursos naturais, com respeito à biodiversidade. O Reino fundamenta-se na solidariedade, cuja raiz “é a paz, fruto da justiça” (Is 32,17) que congrega irmãos e irmãs ao redor da mesa, no banquete da vida e na partilha do mesmo pão.

“Convertei-vos e crede na Boa Nova!” (Mc 1,14). O apelo de Jesus é dirigido às pessoas, às comunidades e à toda sociedade. Converter-se é mudar de rumo. João Paulo II nos convida “a decifrar o apelo de Cristo a partir desse mundo da pobreza” e trilhar criativamente outros caminhos. Diz o Santo Padre: “É hora de uma nova ‘fantasia da caridade’, que se manifeste não só, nem sobretudo, na eficácia dos socorros prestados, mas na capacidade de pensar e ser solidário com quem sofre, de tal modo que o gesto de ajuda seja sentido, não como esmola humilhante, mas como partilha fraterna” (NMI, 50).

“Dai-lhes vós mesmos de comer”. Irmãos e irmãs, não basta sobreviver, é preciso viver e conviver! Não basta vencer a dor, é preciso sorrir com as

crianças e esperar com os jovens! Não basta suportar os dias de nossa existência, é preciso acreditar na felicidade e transformar sonhos em realidade. Não há verdadeira conversão sem a superação da miséria que atinge milhões de famílias brasileiras.

Um dos primeiros sinais de efetiva evangelização, no início deste milênio, será a eliminação da fome, expressão da miséria que mancha o nosso país. Alimento é dom de Deus e direito de todos. Pessoa com fome é pessoa violentada em seu direito. Deve ser atendida por gestos pessoais, por ações solidárias de nossas comunidades; por novo modo de organizar a produção e distribuição dos bens e serviços, segundo as necessidades do povo; pelo empenho da sociedade civil e por uma mudança ética nas prioridades das políticas públicas.

“Dai-lhes vós mesmos de comer”. Em

espírito de conversão, a CNBB, reunida aos pés de Nossa Senhora Aparecida, com humildade e confiança em Deus, convoca a todos, para atender a esse mandato do Senhor, por meio de um grande MUTIRÃO NACIONAL PELA SUPERAÇÃO DA MISÉRIA E DA FOME. Para vencermos tamanho desafio, unidos aos esforços dos próprios excluídos e a todas as pessoas de boa vontade; unidos aos irmãos e irmãs de outras Igrejas cristãs e grupos religiosos, dos movimentos populares, sindicatos, instituições e Poderes Públicos, invocamos que desçam sobre nós, sobre o nosso país, as bênçãos de Deus, Pai misericordioso. Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo! Amém!

Aparecida, 14 de abril de 2002.

*40ª Assembléia Geral – Itaiçi (SP),
de 10 a 19 de abril*

Promover a Justiça e a Paz tarefa primordial para a vida religiosa

FREI CARLOS JOSAPHAT OP

O valor primordial da justiça e da paz vai se afirmando como convicção e opção a partir da reflexão e de contatos cada vez mais freqüentes entre movimentos populares e gente consagrada ao Evangelho e ao compromisso social. Bom seria que semelhante consenso se abrisse sempre à fecundidade de maiores e melhores diálogos e colaborações. Aliás, em meio a crises e desafios, a vida religiosa hoje vai dando a impressão estimulante de uma imensa pluralidade de instituições e experiências marcadas por uma busca ou, pelo menos, por certa nostalgia da verdadeira unidade.

Tal projeto de unidade faz bem em zombar da velha uniformidade imposta pela força ou inércia de hábitos e rotinas. Pois significa um verdadeiro *elã* na procura do essencial, compreendido e definido como fidelidade radical à plenitude e à perfeição do amor, da contemplação do rosto de Deus nas faces sofridas das mulheres e dos homens sufocados pela violência ou pela manha dos sistemas opressores.

Essa esperança belamente divina e humana vai sacudindo, senão penetrando, as diferentes famílias religiosas, des-

de as veneráveis Ordens que se enfeitam com os nomes de Basílio, Agostinho, Francisco, Domingos ou Inácio, até as recentes congregações, cujos fundadores e fundadoras pacientam ainda na fila, aliás bem freqüentadas, dos custosos processos de canonização.

No elã do Novo Pentecostes

Um simples testemunho pode abrir o itinerário de nossa reflexão. Lançamos um olhar sobre toda essa caravana de religiosos, e mais ainda, talvez, de religiosas que viveram o evento pascal e pentecostal que foi Vaticano II, primeiro em sua fase de advento, depois em sua celebração festiva e, finalmente, nesta morna etapa de « tempo comum » pós-conciliar. Juntando-me a ela, confesso que sonhamos, desde antes do Concílio, com o que hoje chamamos a refundação da vida religiosa.

A vida consagrada, elemento constitutivo e vital dentro da verdadeira compreensão do ser e do dinamismo da Igreja, tal é o primeiro dado salientado na Constituição sobre a Igreja. Nessa Constituição dogmática *Lumen Gentium*, a Igreja se definia como sacramento, como presença, anúncio e força transformado-

ra da reconciliação universal. Ela não é apenas uma sociedade com objetivos religiosos, uma instituição de poder divino multiplicando por aí espaços ou fenômenos sagrados. Ela é a humilde e corajosa comunidade que tenta viver e irradiar o Amor universal e misericordioso de Deus. Ela se vai fazendo à imagem da Comunhão Trinitária, pois Deus Pai nos dá o seu Filho com toda a Graça do seu Espírito de Amor, para que possamos acolher e viver o Amor. O novo Pentecostes para a Igreja é esse dom perfeito que leva à conversão radical. Pela força interior do Espírito, ela se desprende mesmo do velho modelo da igreja poder, que privilegia a sociedade hierárquica e que se dava uns ares de tradição perene e inabalável..

A Igreja « sacramento de reconciliação universal » é a Igreja toda voltada para o mundo (« que Deus amou » e ama, dando-lhe o Filho); a Igreja que busca entender teimosa e carinhosamente a humanidade, deixando-se possuir pelo empenho, pela utopia divina de ajudar os homens e as mulheres a encontrar aquela ética universal de verdade, de justiça, de liberdade e solidariedade – de que já falava João XXIII na *Pacem in terris* (a maior talvez de todas as encíclicas, de abril 1963).

Em um Decreto, que não contou com a participação dos grandes líderes do Vaticano II, e que parece mais inspirado pelo realismo do que pelo entusiasmo, o Concílio propõe um projeto de renovação e adaptação da vida religiosa. A simplicidade do bom latim eclesiástico – ainda semivivo nos anos 60 – deixa transparecer as certezas e inquietações dos Padres conciliares: «*De vita religiosa renovanda et accommodanda* ». Não

tem faltado quem fique por aí na lerdeza de uma busca de “acomodação”, em meio aos apavorados com os riscos da “renovação”.

Mas o que o Concílio visava era a renovação. Teria que começar pelo choque inicial de uma opção radical, um novo modo comunitário e responsável de entender e praticar a consagração, o dom de si e o compromisso eclesial e social. E esse momento de ruptura e de criatividade se prolongaria em ondas sucessivas e mesmo crescentes de uma renovação permanente, em um trabalho corajoso e paciente de avanço e de revisão do caminho andado.

A refundação da vida religiosa hoje é a plena vitória do novo pentecostes profeticamente anunciado por João XXIII, digamos da renovação conciliar, que vai sofredamente triunfando das acanhadas « acomodações » sem futuro.

Justiça e Paz, exigência primordial

No centro da renovação da Igreja e no coração da refundação da vida religiosa vamos encontrar o empenho decidido pela promoção de Justiça e Paz. A hora não está para meias palavras ou meias medidas. Há algum tempo, em termos elegantes de príncipe da Igreja, um eclesiástico lá vinha com esta clarificação para ele definitiva: o compromisso social, “político” (a mistura do “político” e do “social” é propositada para semear ambigüidade), para a Igreja “é importante, mas não é primordial”. Sem dúvida, para a Igreja hierárquica da acomodação a hierarquia de valores está bem dita e bem desenhada como se deve nessa palavra de um representante da aristocracia sagrada.

Justiça e paz resplandecem qual fa-

cho de luz e se tem afirmado como ponta de lança, ainda bem que um tanto afoita em meio a certa hesitação que se dá, hoje, como “aplicação do Concílio”, alheia a uma dinâmica de renovação. Por isso, vêem-se religiosos e religiosas que vão navegando, como podem e como não devem, em meio às ambigüidades da acomodação, da aplicação ou da audácia conciliares.

Uma simples indicação histórica sobre tais vicissitudes de justiça e paz pode ser ilustrativa. Paulo VI se manifesta aqui como o pontífice da coragem tranqüila, embora tenha cedido à pressão e ao medo em alguns pontos importantes. Assim, Justiça e Paz foram uma grande iniciativa sua no plano da Igreja universal.

Na sua última sessão, após chegar a um pleno discernimento das necessidades da Igreja e do mundo, Vaticano II mostra saber o que quer e o que diz. A Constituição *Gaudium et Spes* é o derradeiro documento traduzindo o completo amadurecimento de suas aspirações renovadoras. E apela para o Papa, instando que renove e inove com audácia e firmeza. O último apelo que fecha a Constituição mais típica do Vaticano II é deveras comovente:

Perante as imensas desgraças que

ainda hoje torturam a maior parte da humanidade e para fomentar por toda parte a justiça e ao mesmo tempo o amor de Cristo para com os pobres, o Concílio julga muito oportuno a criação de algum organismo da Igreja universal, incumbido de estimular a comunidade católica na promoção do progresso das regiões necessitadas e da justiça social entre as nações.¹

É a esse apelo que remete Paulo VI ao criar a Comissão Pontifícia Justiça e Paz. O Papa mostra que tem pressa, pois constitui essa Comissão um ano apenas após o encerramento do Concílio, no Motu próprio *Catholicam Christi Ecclesiam* de 5 de janeiro de 1967.²

Ao determinar os objetivos da nova Comissão, o Papa põe em relevo “o progresso”, o “desenvolvimento” dos povos, que se hão de promover “sob todas as formas, no campo da educação e da cultura humanas, da economia e da vida social, quer a respeito da paz em todos os domínios que vão além da noção do progresso”.³

Sentido profundo e abrangente do “social”

Note-se o verdadeiro sentido, profundo e abrangente do termo “social”

¹ *Gaudium et spes*, 90. Sublinhamos as insistências do texto sobre a urgência e as dimensões universais, mundiais da justiça, com a atenção especial dada às relações entre as nações e ao empenho em promover os povos menos desenvolvidos. Aqui vai um desabafo. Desde que recebemos os grandes documentos conciliares e cada vez mais, ao ver a acolhida que por vezes têm merecido, gosto de proclamar: “Todos os Concílios da Igreja eu os venero. Vaticano II, eu te amo!”

² Esse *Motu Proprio* se abre com estas palavras: “A Igreja Católica de Cristo deve sempre cuidar de se renovar no próprio interior e de adaptar sua instituição exterior às diversas épocas”. É curioso notar que, já na preparação do Concílio e agora no empenho sincero de Paulo VI de renovar a Igreja, o que se mostra eficaz são “comissões”, “conselhos” e “secretariados”, organizações mais leves e de pouco prestígio e não as velhas e aparatasas Congregações da Cúria, especializadas na vigilância e no controle, não na audácia e na criatividade. A reforma da Cúria Romana foi anunciada pelo Papa na Constituição *Regimini Ecclesiae Universae* (de 15 de agosto de 1967). Mas em contraste com o dinamismo do movimento ecumênico, da mobilização do apostolado leigo, da Justiça e Paz (de que se ocupavam os respectivos conselhos, secretariados e comissões!), os veneráveis e pesados dicastérios só ganharam em solidez e eficácia na guarda das tradições.

³ Cf. *Motu Proprio* citado, nn.13-18.

que qualifica a justiça dela fazendo a fonte da paz. Começando por estabelecer a retidão nos comportamentos pessoais e nas relações interpessoais, seu dinamismo envolve todas as formas da vida e da organização da sociedade para transformar os sistemas, toda a rede de sistemas – culturais, políticos, jurídicos, econômicos, comunicacionais – que constituem o grande sistema social. A novidade radical, o novo Pentecostes anunciado por João XXIII e inaugurado pelo Concílio sob o impulso de Paulo VI, é a acolhida e a proclamação da evangelização integral. É a força criadora e inovadora do Espírito que converte os corações, instaura a Igreja, como comunhão de comunhões, como tecido de comunidades que dialogam e partilham, numa imensa preocupação de ajudar a fazer surgir uma sociedade de igualdade, de justiça, de solidariedade, de povos livres e soberanos, senhores e responsáveis de seus destinos. Somos convidados aqui a voltarmos a aprofundar aquela visão conciliar da vida religiosa. “A Igreja sacramento da reconciliação universal” é o sinal profético, evangélico, anunciador e instaurador dessa nova humanidade. Dentro de uma perfeita coerência e de uma exigência muito estimulante, a vida religiosa é integrada pelo Concílio no novo paradigma da Igreja. No coração da Constituição dogmática sobre a Igreja (*Lumen Gentium*, cap.6), a vida religiosa é apresentada e definida qual realização privilegiada do que é essencial e mesmo primordial na Igreja, a santidade, a perfeição evangélica na plenitude do amor.

A essa luz compreendemos que a

verdadeira renovação da vida religiosa, a qual na sua formulação radical tem sido expressa em termos de refundação, tem sua fonte e seu elã no novo Pentecostes, na visão renovada e renovadora da Igreja, força criadora de uma nova humanidade, que tem seu código genético na Justiça que instaura a Paz.

Mensagem de justiça balizando o futuro

A inspiração e o elã vindo de João XXIII se concretizaram, no pontificado de Paulo VI, em posições doutrinárias claras e bem definidas, e se traduziram em documentos voltados aos problemas primordiais da humanidade. Mais do que uma *doutrina social*, esses documentos passaram a propor caminhos de ação e de compromisso social efetivo. Nessa perspectiva, a um tempo lúcida e realista, destacam-se entre outros:

- a encíclica *Populorum progressio* (1967), que já prevenia os erros da globalização concentracionária, punha em relevo o necessário desenvolvimento autônomo dos países do chamado terceiro mundo;
- a Carta *Octogesima adveniens*, dirigida precisamente ao presidente da Comissão Pontifícia Justiça e Paz (em 1971), aborda os problemas de maneira real e prática, indo mais longe do que as elaborações abstratas da doutrina social da Igreja;
- finalmente, a Declaração do Sínodo dos Bispos, também de 1971, sobre a *Justiça no mundo*, afirma-se no estilo de uma síntese clara, atenta às questões que começavam se impor à atualidade. A reflexão é construída a partir da experiência das igrejas locais, confia a elas a aplicação cora-

josa e criteriosa da dimensão social do evangelho. O Papa autoriza a publicação do texto nos termos mesmos elaborados pelos próprios bispos reunidos em sínodo. Note-se o belo exemplo de colegialidade que infelizmente não teve prosseguimento em razão da crescente centralização em benefício da Cúria romana.

Paulo VI levava também em frente o diálogo interreligioso, inaugurado por João XXIII, promovendo o encontro entre as grandes religiões, acentuando a necessidade do empenho de todas elas em prol da justiça e da paz no mundo. De maneira coerente, desde o começo de seu pontificado, Paulo VI vinha abrindo caminho para viabilizar o Pentecostes da Igreja bem dentro do paradigma histórico, teológico e social: da *Igreja comunhão, participação e diálogo*, sintetizando o projeto vislumbrado por João XXIII, lançando, em boa hora, já em 1964, a encíclica orientadora para o Concílio: *Ecclesiam suam*, em que a Igreja se compreende e define em termos de diálogo.

Assim, seguindo, alargando e aprofundando em muitos pontos os caminhos abertos por João XXIII, Paulo VI propôs uma verdadeira estratégia ética e espiritual para a promoção de Justiça e Paz.

A Comissão Justiça e Paz tem buscando consolidar, estender e atualizar essa estratégia. De um lado, ela se difundiu em toda a Igreja assumindo e estimulando o elã do compromisso social, mediante as comissões ativas que vêm surgindo nas dioceses e nas diferentes famílias religiosas. Por outro lado, des-

de o impulso que foi dado pelo Cardeal Etchegaray, a Comissão pontifícia tem aberto amplas perspectivas, publicando em momentos oportunos documentos de grande valor, juntando a clareza e o bem fundado da doutrina ao caráter operacional das posições e medidas práticas que sabe sugerir.

Indiquemos um ou outro desses importantes documentos, levando especialmente em conta os desafios que vamos enfrentando em nosso país dentro do contexto da globalização concentracionária e excludente. Temas, ainda há pouco, velados ou apenas abordados com discrição, são tratados com vigor em “A Igreja diante do racismo” (novembro de 1988). Talvez com mais força e oportunidade, foi lançado – já em 1986: “Ao serviço da comunidade humana: uma consideração ética da dívida internacional.” E em maio de 1994, ressoa o grito de alarme sobre “O comercio internacional das armas”. Merece atenção especial a declaração firme, matizada e documentada: “Por uma melhor distribuição da terra. O desafio da reforma agrária.” (23 de novembro de 1997).⁴

Em harmonia com essas posições doutrinárias, admiramos ainda desde os exemplos do Cardeal Etchegaray, a presença ostensiva do Presidente da Pontifícia Comissão Justiça e Paz ao lado do Sumo Pontífice em seus encontros com os líderes das grandes religiões em oração e apelos pela paz do mundo. Outros organismos da Cúria mais se ocupam em evocar reservas e pedir cautelas no que toca a esses diálogos interreligiosos.

Essa estratégia abrangente e

⁴ A partir de suas datas, esses documentos se podem encontrar facilmente na Revista SEDOC, na coleção Documentos Pontifícios da editora Vozes ou A voz do Papa das edições Paulinas.

operacional não foi muito desenvolvida no pontificado seguinte. Um constante ensino social guarda uma perspectiva mais teórica, mais cautelosa, visando manter nos limites da segurança ortodoxa e de uma piedade confessional o elã de compromisso social, que tende a expandir-se felizmente entre os fiéis, nos movimentos populares e sobretudo em boa parte das comunidades religiosas.⁵

Estratégia crítica e criativa

Convém insistir sobre a noção de estratégia ética, quando se tem em vista a ação e o compromisso sociais a serem promovidos em um empenho eficiente e constante de construção de uma sociedade justa e solidária.

Um exemplo deveras luminoso resplandece nos alvares da desencontrada colonização da América. Olhando sobretudo para a América espanhola em que se enfrentaram mais cedo os problemas de justiça social, os primeiros missionários dominicanos assinalaram a contradição chocante entre as doutrinas cristãs professadas na Europa e a prática dos conquistadores em suas relações com a primitiva população do Novo Mundo.

Nesse contexto, Frei Bartolomeu de Las Casas proclamou em uma fórmula lapidar o princípio fundador e o critério primeiro de toda ética social autêntica e operacional: é preciso saber *Juntar el*

hecho y el derecho. Traduzindo materialmente e guardando a assonância da costumeira expressão espanhola, diremos: é preciso “juntar o feito e o direito”. No contexto de então e mais ainda no de hoje, a sentença aponta para a necessidade de chegar ao conhecimento da realidade social, analisando os fatos, os acontecimentos, as mentalidades e as instituições, para confrontar esses dados, que formam os sistemas dominantes, com uma visão ética, verdadeiramente humana, de inspiração radicalmente evangélica.⁶

A lucidez e a coragem para discernir as grandes necessidades e desafios humanos, em meio ao tecido complexo e movediço das sociedades que se sucedem no curso da história, é o que constitui o carisma dos grandes reformadores e renovadores da Igreja. Ele está na origem das fundações religiosas chamadas a perpetuar o elã inovador e mesmo criador de Pentecostes que dá verdadeira e plena fecundidade à Igreja de Cristo. Por esse carisma da profecia, da presença iluminadora e criativa do amor, a Igreja se afirmará e resplandecerá qual fonte de santidade e promoção de sociedades justas e solidárias.

À medida em que se realiza o progresso das consciências, a humanidade vai reconhecendo que os novos paradigmas e modelos de civilização, de

⁵ O pontificado de João Paulo II se assinala por uma série de documentos sociais de inegável valor doutrinal, destacando-se as grandes encíclicas *Laborem exercens* (1981), sobre o trabalho, *Sollicitudo rei socialis* (1987) e *Centesimus annus* (1991). No entanto, reconhecendo a preciosa contribuição teórica e geral desses documentos pontifícios e o papel de salvaguardas doutrinais assumido pelas intervenções da Congregação para a doutrina da Fé (especialmente sobre a teologia da libertação, em 1984 e 1986) convém ressaltar: os documentos mais notáveis e verdadeiramente úteis na perspectiva de um paradigma e de uma estratégia de Ética social permanecem sempre as encíclicas de João XXIII *Mater et magistra* (1961), *Pacem in terris* (1963), a II Parte da Const. Conciliar *Gaudium et Spes*; e de Paulo VI: a encíclica *Populorum Progressio* (1967), a carta *Octogesima adveniens* e a Declaração do Sínodo dos Bispos Sobre a justiça no mundo (de 1971).

⁶ Em uma perspectiva histórica e doutrinária, desenvolvei esse tema em *Las Casas. Todos os direitos para todos*, Ed. Loyola, SP, 2000. Ver no cap. 9: “Tudo está em *juntar el hecho y el derecho*”, p. 268-273

instituições livres, humanas e democráticas dependem primordialmente do povo bem informado e responsável, não de uma aristocracia que prolongasse hoje a função de príncipes e reis cristãos que ofereceram à Igreja da cristandade sua incômoda proteção ou seu padroado asfíxiante. A Igreja que se compreende e define como povo de Deus, na espontaneidade profunda de sua docilidade ao Espírito, estará presente e ativa no seio de todo o povo em marcha e em busca de uma sociedade iluminada e plasmada pelas virtudes pessoais e pelos valores sociais de justiça, liberdade, verdade e solidariedade.

Essa presença e atividade da Igreja se farão de maneira privilegiada pelos religiosos. Eles serão os agentes e os estimuladores de uma estratégia criativa e criadora, suscitando a verdade, a informação de parêntese com a liberdade, com a responsabilidade a serviço da justiça e da paz.

A vida religiosa é a consciência da Igreja e da humanidade, em uma lucidez corajosa e penetrante, capaz de discernir os novos caminhos de uma ética sempre renovada, acompanhando e mesmo antecipando as inovações, as invenções, os novos rumos das pesquisas, com suas grandes possibilidades técnicas e genéticas de encaminhar ou de manipular a vida humana.

Profetismo e sistema

O dinamismo da vida religiosa na procura e promoção da justiça, harmonia fundadora da sociedade, e da paz, que é o pleno desabrochar da justiça,

só se realiza, não sem dificuldade, em um rude e constante embate do profetismo e do sistema.

Assim, todo o segredo da eficácia de uma estratégia em prol da promoção da justiça e da paz está em bem compreender a dimensão profética da vocação cristã e especialmente da vida consagrada, e em bem decifrar o caráter sistêmico da sociedade, sobretudo em sua etapa de globalização acelerada hoje.

Em todo o decorrer da história bíblica e da vida da Igreja, o profetismo se afirma e se define como a simbiose do sentido de Deus e do sentido da justiça. Cada um dos profetas e a imensa confraria dos profetas, que se estende iluminando, guiando e elevando a história, se caracterizam pelo discernimento das promessas e imperativos da justiça, que traduzem em cada momento as exigências do verdadeiro conhecimento do Deus de bondade e de santidade.

Há um estribilho que ressoa como o clamor de Deus nessas canções encadeadas que são oráculos dos Profetas bíblicos:

Nem olho para sacrifícios e oblações

Mas que o direito corra como fonte de águas puras

E a justiça qual torrente inesgotável.⁷

Em termos éticos, pode-se dizer: o sentido profético na Bíblia e na história da Igreja é o discernimento e a proclamação dos valores e direitos humanos fundamentais, como primeiro critério e primeira exigência da verdadeira fé no Deus vivo e verdadeiro. Esse

⁷ Cf. Am 5,21-25. Textos mais calorosos dessa ladainha entusiasta dos profetas exaltando o primado da justiça, donde depende o valor de toda religião e de todo culto: Is 1, 11-14; Is 58; Jr 6,13,20;7, 1-11; Os 6,6;8.11-14; Mq 6,6-8.

primado da justiça se explica pelo fato (constatado e denunciado pelos profetas) da tentação constante de idolatria, de utilização insidiosa ou ostensiva da religião em proveito das ambições e interesses das classes dominadoras, dos povos e chefes imperialistas, em detrimento dos pobres ou melhor dos empobrecidos pelos sistemas injustos.

Aqui nos defrontamos com o choque inevitável do profetismo com os sistemas opressores.⁸ Em si, o sistema não encerra qualquer conotação pejorativa. Tem por objetivo satisfazer, de modo racional, organizado e permanente, às necessidades de base em uma sociedade, responder às funções e prestar os serviços indispensáveis à vida social, dentro de um contexto histórico. Assim, o sistema econômico é chamado a produzir e oferecer os bens, mercadorias e serviços, necessários e úteis ao bem-estar das pessoas e da coletividade. O sistema da mídia tem por objetivo informar, comunicar, difundir diversão e primordialmente cultura para a saúde intelectual e moral da sociedade. No entanto os sistemas – não só o econômico, mas o político, o educacional, o comunicacional e os outros mais – na medida mesmo de sua perfeição e aprimoramentos técnicos, tornam-se as fontes primordiais de renda e de enriquecimento. Mais ainda, são as grandes fontes de poder sobre o mercado e sobre toda a sociedade.

Os sistemas estão assim submetidos ao jogo das ambições e interesses particulares, de indivíduos, de grupos, dos grandes monstros frios que são as sociedades transnacionais e os países hegemô-

nicos ou imperialistas que praticam a injustiça por atacado em escala mundial. Hoje, o problema da justiça e da injustiça em toda a amplidão do planeta vem a ser, antes de tudo, a questão central e mais que espinhosa da justiça e da injustiça dos sistemas e das redes de sistemas que constituem o sistema gigante a que tende mais e mais a globalização concentracionária e excludente.

As redes da acomodação e do economismo

Deparamos então com o grande desafio lançado hoje à vida religiosa.

O profetismo é o elã primordial da essência mesmo da vida cristã e, muito especialmente, do carisma fundador da vida consagrada.

Ora, esse profetismo, que fez surgir os vários modelos da vida religiosa como formas de “renúncia ao mundo”, significava e significa a resistência aos sistemas dominantes de injustiça e corrupção. Sem dúvida não se pode idealizar a história. Semelhante resistência, tão importante e mesmo decisiva no decurso da vida da Igreja, nem sempre comportou um discernimento claro, firme e oportuno dos desvios e desmandos dos sistemas políticos, jurídicos ou econômicos que oprimiam e infelicitavam o conjunto do povo, sobretudo os mais pobres e desvalidos.

Em grande parte, senão em sua maioria, os religiosos como as autoridades eclesásticas conviveram em paz e harmonia, durante séculos com a escravidão estabelecida, com o poder absoluto e arbitrário de reis “cristãos” e com outros “pecados sociais” ou “estruturais”,

⁸ Aqui como em outras publicações, utilizo, ampliando e aprofundando em perspectiva ética, a noção de sistema de Ludwig VON BERTALANFFY, *Teoria geral dos sistemas* (original inglês de 1968), Ed. Vozes, RJ, 1973.

hoje denunciados com muita força pelo ensino comum da Igreja. Não nos deleitamos em fazer o exame de consciência de nossos avós, estigmatizando-lhes a memória. Nada disso. Ao assinalarmos de leve essas falhas passadas, apontamos para o risco constante e sempre atual. Os religiosos e religiosas, cujos carismas os jogam nos domínios da educação, da assistência hospitalar, das diferentes formas de imprensa e comunicação, não esbarram continuamente nos sistemas que dominam todos esses campos de quem dependem o bom andamento da sociedade? Mais ainda, não seriam envolvidos pelas redes desses sistemas? Não as utilizariam sem mais aquela, sem praticar e sem difundir o necessário espírito crítico e sem optar pela difícil resistência à perversão generalizada e à corrupção embutida nos sistemas particulares e no grande sistema que é a sociedade?

Concretamente, a autenticidade da vida religiosa e a eficácia de seu compromisso pela promoção de justiça e paz estão dependendo da coragem e da lucidez em enfrentar as injustiças estabelecidas como formas normais de viver e conviver, de discernir os mil e um disfarces da acomodação e do economismo. Muitos religiosos e religiosas protestam ou mostram seu desagrado diante da complacência com esse “pecado do mundo”. Mas as instituições religiosas, como bom número senão com o conjunto das estruturas da Igreja, não estariam acumpliciadas com as práticas e como modalidades envolventes de mentalidade e ideologia difundidas pelos sistemas dominadores? A interrogação está longe de ser teórica ou retórica. Muita boa vontade e muito idealismo se desperdiçam quando as

instituições se alienam vendendo-se aos sistemas perversos e pervertedores.

Projetos e modelos de ação

Parece oportuno tentar concretizar a estratégia crítica e criativa a que aludimos nesta reflexão.

Convém insistir inicialmente sobre esta evidência: a unidade ética que nos pode servir de base para enfrentar os desafios sociais não é a ação isolada. É a ação em série e seguida, articulando-se em participações bem combinadas, concretizando-se em *campanhas*, para afirmar-se e prolongar-se em *projetos* bem pensados, prolongando-se e consolidando-se na continuidade, no progresso e em revisões pacientes e concretas. Temos nas obras do Padre Lebreton o bom legado de uma espiritualidade da ação de que carecem muitas famílias religiosas.

As campanhas vão entrando na prática das comunidades, tal o belo exemplo das Campanhas da Fraternidade, que vêm a ser uma lição para a Igreja universal e para a sociedade em geral. Mas tornam-se urgentes a práxis e o aprendizado dos projetos, com objetivos precisos e bem estudados no campo dos sistemas comunicacionais, políticos, econômicos, educacionais. O projeto deve visar o êxito, empenhar-se com inteligência, estudar a realidade, tudo fazer para educar os parceiros e os movimentos pela ação e para a ação bem sucedida e para enriquecer-se até mesmo pelo fracasso.

A ação bem pensada, e sobretudo inspirada pelo Evangelho, há de levar como em linha reta a constituir e consolidar projetos pessoais e projetos comunitários eclesiais e sociais. Esses projetos coletivos formarão a rede bem

tecida dos projetos individuais convenientemente articulados.

Os projetos particulares devem entrosar-se e conduzir a um projeto de sociedade justa e solidária. O que significa uma sociedade alternativa à sociedade da globalização concentracionária, excludente e opressora. É o que devem visar não apenas algumas tentativas de compromisso social, mas uma espiritualidade de justiça e paz, semeada nos noviciados e pré-noviciados, cultivada em todo tempo de formação e tornando-se atualidade vigorosa, virtuosa, na vida dos religiosos e religiosas e nas diferentes instâncias de suas comunidades. Essa é a grande devoção que pode garantir a viabilidade da refundação da vida religiosa hoje.

Nessa espiritualidade a vida religiosa fraternizará espontaneamente com as Comunidades Eclesiais de Base e com os movimentos populares por uma sociedade alternativa, nos quais se vão polarizando as esperanças da Igreja e do mundo.

Hoje nossa pastoral e nosso compromisso com a justiça e a paz correm o risco de ser paradoxalmente os mais anti-sistêmicos do mundo, sem analisar a realidade dos sistemas para neles agir e buscar retificá-los ou substituí-los e – pior ainda – sem dar às nossas ações e aos nossos projetos as qualificações racionais e técnicas de sistemas bem construídos a serviço do Reino da verdade, da liberdade, da justiça e da paz.

Tal pulverização da ação é deveras escandalosa quando abordamos os domínios mais marcados pela hegemonia dos sistemas, como a comunicação.⁹ Corre-se o risco de pecar por excesso e por deficiência. Pois há programas, publicações e manifestações demais, porém insignificantes em relação aos grandes e verdadeiros problemas da justiça e da paz. Instituições religiosas e eclesásticas estão morrendo afogadas nas ondas crescentes do pietismo associal. Sem dúvida morrem espiritualmente, na traição ao Espírito de Amor, embora tenham a ilusão de estar prosperando e triunfando no espírito e na grande voga do sistema da injustiça globalizada.

A teologia moral-social ou, dito de maneira mais precisa, a ética social de inspiração cristã,¹⁰ que deve formar hoje os religiosos e religiosas, só se realiza plenamente como uma estratégia para inspirar, animar, guiar e fundar essa espiritualidade profética, que parece brotar diretamente do novo Pentecostes, cujo anúncio e primeira antecipação se realizaram no Concílio Vaticano II.

Frei Carlos Josphat, O.P., teólogo dominicano, professor emérito da Universidade de Friburgo – Suíça, escritor, autor de "Moral, Amor & Humor – Igreja, sexo e sistema na roda viva da discussão". Editora Record – Nova Era, Rio de Janeiro, 1997. "2000 Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo". Edições Loyola, São Paulo, 2000. "Las Casas. Todos os direitos para todos", mesma Editora, entre outros. Atualmente leciona na Escola Dominicana de Teologia em São Paulo, Instituto Teológico de São Paulo.

Endereço do autor:

Rua Atibaia, 420 São Paulo – SP CEP: 01235-010

⁹ Em *Moral, Amor e Humor. Igreja, sexo e sistema* (Ed. Nova Era, Record, RJ, 1997), condensei uma visão ética em relação aos sistemas políticos, econômicos e comunicacionais, nos capítulos 9-11, p.261-342. No momento estou terminando a preparação de um volume sobre *Ética e Mídia*, nele privilegiando o confronto do "sistema" com a "responsabilidade" do cristão, do cidadão, do jornalista e do público em geral.

¹⁰ Este artigo foi elaborado pelo Professor em diálogo com os estudantes do 3º Ano de teologia do ITESP, Instituto de Teologia de São Paulo, fundado e mantido por vasto conjunto de Congregações religiosas, sob a direção dos Redentoristas, Carlistas e Verbitas.

O Bispo, Servidor do Evangelho, para a Esperança do Mundo

*Riqueza de experiência e pobreza de conclusões da
X Assembléia do Sínodo dos Bispos (outubro de 2001)*

PE. ALBERTO ANTONIAZZI

O Sínodo dos Bispos esteve reunido em Roma, de 30 de setembro a 27 de outubro de 2001. Tratava-se da décima Assembléia Geral Ordinária. Significa que, além das outras Assembléias Gerais, o Sínodo realizou assembléias extraordinárias ou especiais. As mais recentes foram as assembléias “continentais” da África (1994), América (1997), Ásia (1998), Oceania (1998) e Europa (1999).

O tema

Uma novidade deste Sínodo é o tema. Pela primeira vez, os membros do Sínodo foram chamados a refletir sobre eles mesmos, sobre a missão do Bispo. O título oficial do Sínodo era: “O Bispo servidor do Evangelho de Jesus Cristo para a esperança do mundo”.

O tema deste Sínodo foi preparado, de algum modo, pelos anteriores, que se ocuparam de outras “categorias” ou membros da Igreja – leigos (1987), padres (1990), religiosos (1994) – e, depois, da situação da Igreja nos vários continentes (1994-1999).

Os participantes

O Presidente do Sínodo é o Papa, que geralmente assiste pessoalmente às reuniões gerais. Ele, porém, delega a presidência dos trabalhos a presidentes delegados, que neste Sínodo foram

três: os cardeais G. B. Re (Cúria), B. Agré (Costa do Marfim) e Ivan Dias (Índia). Há ainda um Secretário Geral, um Relator e um Secretário especial. Os Padres Sinodais foram 247: 175 bispos e 10 Superiores religiosos eleitos pelos colegas dos respectivos países; 35 bispos nomeados pelo Papa; 37 patriarcas, cardeais e bispos que participam ‘ex officio’, ou seja, de direito, muitos por serem responsáveis por departamentos (“dicastérios”) da Cúria Romana.

A maioria dos Países é representada apenas por um delegado ou bispo eleito. Os países com maior número de Bispos enviaram 2, 3 ou 4 delegados. É o caso do Brasil, que elegeu 4 delegados: os cardeais Cláudio Hummes (São Paulo) e Geraldo Majella Agnelo (Salvador), o arcebispo Dom Luciano Mendes de Almeida (Mariana) e o presidente da CNBB, Dom Jayme H. Chemello, bispo de Pelotas. O Papa nomeou mais dois brasileiros: o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eusébio Scheid, e o bispo emérito de Santos, Dom David Picão.

Além dos Padres, com direito a voto, participaram do Sínodo 23 “auditores” ou ouvintes (14 homens e 9 mulheres, entre elas a brasileira Maria Cristina Noronha de Sá) e 6 delegados fraternos, bispos de outras Igrejas cristãs.

O método de trabalho

Para compreender o funcionamento do Sínodo, é necessário ter presente a metodologia adotada. Antes do Sínodo, a Secretaria propõe ao Papa alguns temas, após consulta aos Bispos. O Papa determina o tema, que desta vez foi o mais votado após o Sínodo de 1994; a proximidade do novo milênio levou depois a acentuar o aspecto da esperança. Com a participação de um Conselho de 15 bispos (12 eleitos e 3 nomeados pelo Papa), a Secretaria do Sínodo elabora um primeiro esboço do tema com um questionário (são os "Lineamenta"), para ouvir os bispos e as Igrejas do mundo inteiro. Num segundo momento, a Secretaria elabora o "documento de trabalho" (*Instrumentum laboris*), que constitui o subsídio básico para o Sínodo. Quando o Sínodo se reúne, num primeiro momento (neste Sínodo foi entre 1º e 11 de outubro), os Padres Sinodais — depois de ouvirem um Relatório do Secretário Geral e outro do Relator — podem falar oito minutos no plenário e entregar, se quiserem, mais sugestões por escrito. Também foi dada a palavra aos Delegados Fraternos e, por cinco minutos, aos "auditores" (ouvintes). No total, o jornal do Vaticano, "L'Osservatore Romano", publicou a síntese de 230 intervenções orais dos Padres Sinodais, 4 dos Delegados fraternos e 23 dos "auditores", ou seja, 257 textos.

A fase final

No final desta fase, o Relator faz uma espécie de balanço das intervenções (a chamada "Relatio post disceptationem"). Aconteceu na manhã de

sexta-feira 12 de outubro. Logo depois, iniciaram as reuniões dos grupos (ou "circuli minores"). Foram 12, divididos por línguas (3 para o espanhol, com um grupo luso-hispânico; 3 para o inglês e 3 para o francês; 2 para o italiano e 1 para o alemão). O relatório desses grupos foi apresentado no plenário no dia 16. Os grupos voltaram depois a se reunir para elaborar as "proposições", que foram entregues por escrito à secretaria do Sínodo, que as reuniu num só documento, entregue na segunda-feira 22. Os grupos estudaram o "elenco" das proposições e fizeram emendas. Nos últimos dias foram discutidas e votadas as emendas e a Mensagem final. Dia 27, com uma solene concelebração eucarística na basílica de São Pedro, a assembléia terminou. Agora o Papa, com base no Documento de Trabalho, na discussão em plenário, nos relatórios dos Círculos e nas proposições, redigirá a Exortação Pós-Sinodal, que concluirá efetivamente este Sínodo.

Os resultados

O leitor deve estar curioso para saber quais foram os resultados. Vamos antecipar algo. Retomaremos depois as intervenções dos Bispos no plenário.

O primeiro fruto do Sínodo é o encontro entre os Bispos de todos os países onde a Igreja Católica está organizada. Foi a oportunidade para ouvir, da viva voz dos protagonistas, as angústias e, também, as alegrias e esperanças, que a Igreja vive neste momento dramático da história da humanidade. O tema da guerra e do terrorismo este-

ve presente¹, mas ainda mais o desejo de compreender e apontar suas causas e de dar voz àqueles povos que sofrem a miséria e a fome, e cujo drama não toca o coração dos poderosos. Bispos de Ásia e África (e alguns outros) insistiram sobre a necessidade de justiça e de solidariedade e testemunharam um grande esforço das Igrejas para aliviar o sofrimento dos oprimidos. Os Bispos do Ocidente cristão se mostraram mais preocupados com uma espécie de “tranquilo” abandono da religião por parte de muitos europeus e norte-americanos. Falando da missão do Bispo, o acento caiu mais sobre a sua espiritualidade e menos sobre as estruturas eclesásticas. Em geral, como observou também o cardeal Ratzinger, os bispos se preocuparam mais com a evangelização do que com os problemas internos da Igreja. Em outras palavras, parece que o essencial hoje é falar ao mundo de Deus, numa abertura ao diálogo com as outras religiões (como mostrou o Papa, inclusive com sua última viagem ao Kazakistão), e, numa perspectiva de esperança, ajudando as pessoas e os povos a reencontrar em Deus a fonte da justiça e da paz que todos procuram.

Esperanças e angústias dos Bispos

Aos resultados que acabamos de acenar, chegou-se ao processo já assinalado, que se iniciou com as intervenções orais de oito minutos no plenário.

A expressão mais genuína do Sínodo

está nessas intervenções pessoais, pronunciadas pelos Padres Sinodais e pelos “auditores” convidados, nos primeiros dias da Assembléia, entre 1º e 11 de outubro. É delas que vamos falar, com base naquilo que foi publicado em “L'Osservatore Romano”². São 257 intervenções, das quais 230 dos Padres Sinodais, 4 dos Delegados fraternos e 23 dos “auditores”. A esses 257 textos precisaria acrescentar duas intervenções escritas, uma delas do Cardeal Carlo M^a Martini, publicadas no dia 18 de outubro³.

Quantidade e qualidade

Não é fácil prestar conta das 257 intervenções em poucas linhas, sem cair nas impressões meramente subjetivas do analista. Procurarei, portanto, evitar inicialmente um juízo sobre a qualidade das intervenções e oferecer ao leitor um quadro que privilegia a quantidade, os números. Não é, evidentemente, o único critério válido, nem necessariamente o melhor. Simplesmente, parece-me mais objetivo e oportuno para iniciar a análise. Advirto que, geralmente, levei em consideração o tema principal ou central de cada intervenção. A mesma intervenção é citada mais vezes, quando se articula em vários itens e aborda temas claramente distintos.

Antes de tudo, a espiritualidade

31 intervenções (cerca de 1/8 do total) foram dedicadas àquilo que pode-

¹ O Sínodo começou em 30 de setembro, menos de 20 dias depois do atentado terrorista ao Pentágono (Washington) e às Torres Gêmeas de New York.

² E publicados no boletim da Sala de Imprensa do Vaticano, no site www.vatican.va/news_services/press/sinodo. Os textos foram traduzidos para cinco línguas (italiano, espanhol, inglês, francês, alemão), mas não para o português.

³ *Oss.Rom.*, 18.10.2001, p.10.

mos chamar a “espiritualidade” do bispo. (O relatório “post disceptationem” reuniu a maioria dessas contribuições no item I, sob o título: “O Bispo em comunhão com Deus”, que fala do bispo como homem de oração, chamado à santidade, pobre pelo Reino...). Nas intervenções dos próprios bispos, a espiritualidade nasce, sim, da comunhão com Deus e da oração, mas também se caracteriza pela atitude para com os irmãos: amor paterno ou fraterno (os acentos são diferentes), bondade, diálogo, dedicação, simplicidade, pobreza etc. Nove intervenções insistiram sobre a virtude da “compaixão”: o bispo deve saber “sofrer com” o seu povo.

Se a estas 31 intervenções, somarmos outras 7 que insistem sobre a necessidade de que o bispo seja exemplo de santidade para o seu povo, temos 38 intervenções sobre o tema da espiritualidade, mais de 1/7 do total e quase o dobro das intervenções sobre o segundo tema: os pobres e a pobreza material, que foi, porém, reforçado por outras intervenções sobre a justiça e a paz, as condições de vida etc.

Mesmo se não se falou muito em “opção preferencial pelos pobres” (como em Puebla, por exemplo), de fato os Padres deste Sínodo revelaram uma grande preocupação quanto à solidariedade com os pobres e, coerentemente, com um estilo de vida sóbrio, simples, próximo do povo.

Das crescentes dificuldades dos pobres, falaram 9 bispos da África, 5 da América Latina e 3 da Ásia, mais 2 superiores religiosos (o dos Dehonianos e o dos Lazaristas ou Congregação da Missão, fundada por São Vicente de Paulo) e dois cardeais da Cúria, o afri-

cano Gantin e o italiano Sebastiani, o administrador dos bens da Santa Sé. Os africanos descreveram as trágicas condições da população de muitos países, devastados pela guerra e pela doença da AIDS (sobre o assunto falaram 7 bispos africanos e o responsável pela Pastoral da Saúde na Santa Sé, Dom Lozano). Notável a intervenção de Dom Vincent M. Concessão, arcebispo de Delhi, capital da Índia. Depois de ter evocado a emoção suscitada pela tragédia do ataque terrorista a New York, que fez seis mil vítimas num dia, falou de um “terrorismo dissimulado, escondido e do qual se fala pouco”. “Falo – continuou – do terrorismo de um sistema econômico injusto, que todo dia leva à morte milhares de pessoas”. E citou um estudo que calcula em onze mil as crianças até cinco anos que morrem *todo dia* por falta de alimento e por doenças que poderiam ser tratadas.

Condenação de todo tipo de terrorismo

Igualmente numerosas (19) foram as intervenções sobre o tema da paz, que a grande maioria dos Padres associou à justiça, manifestando a opinião de que uma paz duradoura não é possível sem justiça. A mensagem final retomarà esta convicção, dizendo: “Condenamos de forma absoluta o terrorismo, que nada pode justificar”, e acrescentando: “Por outro lado, não podemos deixar de ouvir, durante o Sínodo, o eco de tantos outros dramas coletivos.... 80% da população do planeta vive com 20% de seus recursos; um bilhão e duzentos milhões de pessoas são obrigadas a “viver” com menos de um dólar por dia. Impõe-se

uma mudança de ordem moral... Alguns males endêmicos, subestimados por demasiado tempo, podem levar ao desespero populações inteiras. Como calar diante do drama persistente da fome e da pobreza extrema, numa época em que a humanidade tem à disposição como nunca os instrumentos para uma partilha equitativa?". E ainda acrescenta um "catálogo não completo" das desgraças da humanidade... (cf. n. 10 e 11).

A missão do bispo: humanamente impossível?

Já o "Instrumento de Trabalho" do Sínodo⁴ tinha suscitado a impressão que ao bispo se pedia... demais! Uma descrição, talvez um tanto idealizada e que tentava ser completa, da missão episcopal, tornava esta última um peso quase insuportável e uma tarefa demasiadamente complexa para uma pessoa humana. Esta sensação reapareceu no Sínodo e gerou duas respostas positivas e realistas. Uma foi a insistência sobre a "formação permanente" do bispo (11 intervenções, mais outras 4 pedindo que o bispo – antes de iniciar o seu ministério – receba uma preparação específica)⁵. Esta necessidade de atualização responde não apenas ao problema da complexidade, mas também das rápidas e incessantes mudanças de nossa sociedade e cultura. Houve, também, 4 intervenções no plenário pedindo que os bispos diocesanos sejam mais consultados com vista à escolha de novos bispos. O cardeal

Martini escreveu que "a reflexão sobre o Bispo como instrumento de comunhão da Igreja local... leva a perguntar-se como seja possível fazer que a Igreja local ela possa também reconhecer-se como expressão do seu bispo, a partir dos procedimentos utilizados para a busca de candidatos adequados". Parece, porém, que as proposições finais não recolheram essa questão decisiva das modalidades de escolha dos bispos.

A outra resposta foi a valorização das Conferências Episcopais, solicitada por 16 Padres Sinodais. Em geral, pediu-se um exercício mais intenso e efetivo da colegialidade episcopal, em alguns casos com a recomendação de aplicar mais efetivamente o princípio de "subsidiariedade" ou uma maior descentralização na vida da Igreja, em todos os níveis. A sugestão não foi recebida com igual favor por todos, e é possível que nas proposições finais a subsidiariedade entre como um assunto a ser estudado melhor num próximo futuro. O mesmo aconteceu com as propostas de reforma da metodologia do Sínodo, que alguns gostariam que se concentrasse sobre temas menos amplos, de modo a permitir uma discussão mais aprofundada e uma tomada de decisões ou, pelo menos, o encaminhamento ao Papa de propostas mais claras.

A evangelização da cultura

Outros temas que apareceram frequentemente são a relação do bispo

⁴ Publicado em meados de 2001, no Brasil, pela editora Paulinas, S.Paulo, num volume de pequeno formato, mas de quase 200 páginas!

⁵ Dom Jayme Chemello, presidente da CNBB, não só pediu isso, mas lembrou o "curso intensivo" que a CNBB oferece anualmente aos bispos recém-nomeados.

com os fiéis leigos, sempre mais chamados a um papel ativo na evangelização, não apenas pela escassez do clero em muitas regiões. (Há uma impressionante inversão de perspectivas com relação à situação da primeira metade do século XX: agora não é mais a Europa a enviar missionários, antes precisa deles; enquanto Ásia, África e América Latina apresentam um notável florescimento de vocações sacerdotais e missionárias, ao ponto de enviar padres e religiosas para os países de antiga cristandade). Os leigos são os evangelizadores “natos” do seu ambiente de trabalho, no campo da educação e da cultura, nos novos “areópagos”.

Contudo, o tema da evangelização da cultura atual não foi discutido com profundidade. Mesmo se as intervenções foram relativamente muitas (ao menos 11 o adotaram como tema central), as novidades foram poucas. Uma só intervenção discutiu a fundo a questão das grandes metrópoles, onde ser bispo é ainda mais difícil. Também foi pouco considerada a forte tendência atual ao subjetivismo religioso, presente também entre os fiéis católicos, que leva a subestimar o magistério episcopal e a tratar com muita liberdade dogmas e normas da Igreja. É claro que alguns bispos se queixaram do relativismo da cultura hodierna ou do “consumismo”, mas a resposta a estas novas situações foi reduzida apenas à necessidade de o bispo insistir em seu “múnus” ou dever de “mestre da fé”.

Quem tem ouvidos, ouça!

Termino com uma alusão à entrevista do cardeal Ratzinger, concedida à agência *Fides* e publicada na véspera do encerramento do Sínodo, no dia 26.10⁶. O Cardeal Prefeito da Doutrina da Fé ressalta a unidade do episcopado. Vê o “efeito essencial” deste Sínodo na “nova profunda unidade do corpo episcopal em proceder juntos no anúncio do Evangelho para um mundo que tem necessidade de um novo anúncio de Deus e de Cristo”. E se alegra porque o Sínodo não se deteve demasiadamente “sobre a relação entre Cúria e bispos, os poderes do Sínodo, as estruturas das Conferências intercontinentais e nacionais. Assim poder-se-ia mesmo estrangular a vida da Igreja, discutindo sempre sobre as coisas penúltimas e esquecendo as coisas últimas”.

A contagem das intervenções não me parece confirmar totalmente as afirmações do Cardeal, mas matizá-las. Talvez – mas aí seria outro artigo e uma discussão de outro nível – entre em jogo a questão de quem fala e de quem ouve. Foi dado ouvido a tudo o que os Bispos falaram? Os apelos dramáticos dos bispos africanos e, em geral, do Terceiro Mundo, terão efeito ou continuarão entre as coisas “que não são notícia nos jornais e nas televisões” (*Mensagem final*, n. 27)? O esquecimento das “coisas últimas” (e de Deus!) não será uma angústia sobretudo da Europa Ocidental? As discussões sobre as estruturas eclesiais não são a coisa mais importante – é verdade –, mas por que não aceitar mais facilmente

⁶ O texto foi publicado no site da Agência *Fides*, na Internet.

algumas mudanças nos mecanismos burocráticos?

É desejável – creio – que *todos* no Sínodo sejam ouvidos.

O perigo do “afunilamento”

Vamos agora considerar o que aconteceu nos grupos e na fase final do Sínodo, após as 257 intervenções orais no plenário, das quais apresentamos um breve panorama, que procurou mostrar a riqueza e diversidade das experiências e esperanças do corpo episcopal.

Um relatório “post disceptationem” (ou seja, sobre as intervenções) encaminhou o trabalho em grupos. O relatório foi apresentado aos Padres Sinodais na manhã de 12 de outubro pelo Relator Adjunto, o cardeal Bergoglio (Buenos Aires), que substituiu o card. Egan, que tinha voltado a New York para a Missa de 30º dia em memória dos mortos no ataque terrorista de 11 de setembro.⁷

Um risco que já foi assinalado no passado, quanto ao método de trabalho do Sínodo, é que a riqueza das intervenções da primeira fase passe por um processo de “afunilamento”. Nisso acaba-se perdendo parte da riqueza inicial. É claro que a “Relatio” (a síntese da discussão feita pelo Relator) dificilmente consegue contemplar todos os temas e aspectos levantados nas intervenções. De qualquer forma, o Relator pode ser mais ou menos feliz em sua síntese e ela pode interpretar mais ou menos corretamente o pensamento dos Padres.

As diferenças entre o “Relatório” e as intervenções dos bispos

Para evitar um julgamento apenas subjetivo, e também para ajudar os delegados brasileiros a participar mais ativamente do trabalho em grupos⁸, elaborei o *quadro anexo*, em que procurei comparar quantitativamente as intervenções e a “Relatio”. O critério adotado é um pouco grosseiro e deve ser tomado como uma primeira indicação, que pode ser aprofundada ou matizada. As porcentagens em **negrito** ressaltam os temas que receberam mais atenção por parte da “Relatio” (coluna 1) ou por parte das intervenções dos Padres (coluna 2).

O quadro oferece, ao menos, um índice da “Relatio”. Esta adotou uma estrutura parecida com a do “Documento de Trabalho” (ou *Instrumentum Laboris*) do Sínodo, omitindo porém o capítulo I deste Documento, que era uma reflexão sobre a busca de esperança no mundo de hoje.

Os temas mais acentuados pelo relator e pelos Bispos

Minha comparação é apenas esquemática e não deve ser tomada como um juízo absoluto. Ela aponta, contudo, algumas diferenças ou dissonâncias entre as intervenções na assembléia sinodal e o Relatório. No capítulo I, a “Relatio” trata da *espiritualidade do Bispo* e, embora seja menos rica que os testemunhos vivos dos Bispos, não deixa de tratar de forma bastante consistente o tema. No capítulo II, há geralmente equilíbrio da

⁷ O relatório foi lido em latim e publicado numa versão italiana em “L'Osservatore Romano” de domingo 14 de outubro.

⁸ Em Roma, durante o Sínodo.

“Relatio” com as intervenções pessoais dos bispos; pode-se, porém, notar que o tema da *valorização das Conferências Episcopais* não recebeu a atenção que os Padres pediam.

No capítulo III encontramos as maiores diferenças. Por exemplo, é evidente que o papel do Bispo como *mestre da fé* (objeto de uma incisiva intervenção do card. Meisner, alemão, que acusou os colegas bispos de serem corresponsáveis pela crise da fé, porque não estariam exercendo com clareza o seu dever de pregar a verdade e julgar as doutrinas, apontando com rigor os erros; também a intervenção do card. Ratzinger abordou o tema, mas de forma mais positiva, apresentando Deus e Jesus como a verdadeira esperança do mundo) obteve um grande destaque, enquanto o tema da *relação do bispo com os pobres* (objeto de inúmeras intervenções de bispos africanos, asiáticos e latino-americanos) foi pouco considerado. Também a importância dada pela “Relatio” à *relação do bispo com os seus padres e com os leigos* foi menor que a das intervenções; o contrário aconteceu com o tema da *pastoral vocacional*. No IV capítulo, o tema da *justiça e da paz* teria merecido mais vigor.

Algumas críticas à “Relatio”

Ainda duas observações sobre a “Relatio”. Ela ofereceu, no final, dez perguntas para o trabalho de grupos. Tratavam de: 1) o bispo mestre da fé; 2) o bispo mestre (e exemplo) de vida espiritual; 3) o bispo e o presbitério; 4) a pastoral vocacional; 5) colegialidade e comunhão; 6) as Províncias eclesásticas; 7) a paróquia; 8) a Cúria

diocesana; 9) o testemunho de pobreza do Bispo; 10) a inculturação.

Nem todos os bispos gostaram delas, vendo na escolha das questões mais uma decisão da Secretaria do Sínodo do que um reflexo plenamente adequado das intervenções na Assembléia. Mas quase todos os grupos acabaram aceitando-as, reservando-se de completar os temas na hora da proposta das “proposições”.

Uma outra queixa, colhida entre alguns participantes, é que o relator do Sínodo não levou em conta o trabalho da Comissão de Bispos que o preparou, e neste caso com muito esforço. De fato, a Comissão constituída em 1994, depois da IX Assembléia Geral, reuniu-se dez vezes por três dias durante o período excepcionalmente longo (1994-2001) que separou a X assembléia da IX.

A contribuição dos grupos

Após a apresentação da Relatio (sexta, 12), houve reunião em grupos (ou “circuli minores”), realizados entre sexta, dia 12, e segunda, dia 15 de outubro. A apresentação em plenário de seus relatórios se deu na terça-feira, 16. Depois, os grupos voltaram a reunir-se para elaborar as “proposições” a serem discutidas, emendadas e aprovadas até o dia 26, quando foi publicada a “Mensagem Final”. No dia 27 houve o encerramento.

Uma síntese dos trabalhos dos grupos foi publicada por “L’Osservatore Romano” no dia 18, e é a partir dessa síntese que se pode informar algo. Havia doze grupos, divididos por línguas, como já indicamos.

O grupo italiano A insistiu sobre a

espiritualidade e a busca da santidade por parte do bispo, e ressaltou seus deveres para com a comunidade eclesial. O grupo italiano B concentrou-se mais sobre colegialidade episcopal, ecumenismo, diálogo com as religiões e as pessoas sem religião.

Mais colegialidade afetiva e efetiva

O grupo inglês A apresentou uma longa série de propostas objetivas sobre a colegialidade (prática efetiva da corresponsabilidade e do afeto recíproco; valorização das Conferências Episcopais; maior confiança mútua entre Conferências e Cúria Romana; maior reconhecimento das Igrejas Orientais), sobre o Bispo como mestre da fé e de oração (importância do testemunho de simplicidade e pobreza), fraternidade com os presbíteros, desenvolvimento da vida cristã a partir da paróquia (envolvendo comunidades de base, movimentos, jovens e mulheres, que são muito ativas no apostolado), inculturação (com atenção especial aos pobres do “quarto mundo” e às grandes cidades), ecumenismo. Os mesmos temas, com enfoque apenas um pouco diferente, foram retomados também pelos grupos inglês B e inglês C, com bastante insistência sobre o estilo de vida do Bispo (pobre a exemplo de Cristo), sobre a inculturação e a descentralização no governo da Igreja.

O grupo francês A pediu que a ênfase do documento final não recaísse apenas sobre a comunhão, mas sobre a missão e a esperança. Pediu uma colegialidade mais efetiva, inclusive na indicação e escolha dos candidatos ao episcopado. Insistiu, também, em “combater a miséria com coração de

pobre”, ou seja, com espírito evangélico. O grupo francês B também solicitou mais colegialidade “efetiva” (não apenas afetiva) e valorização das Conferências Episcopais (esquecidas no questionário sugerido para o trabalho dos grupos). Também lembrou a diversa organização das paróquias, inclusive como “rede de comunidades”. E pediu-se um compromisso “sem equívocos” do Bispo (e dos Bispos conjuntamente) pela paz e a justiça. O grupo francês C enfatizou a missão do Bispo com relação ao anúncio do Evangelho, destacando não apenas *o que* anunciar, mas *como* anunciar. Pediu melhores relações entre Conferências Episcopais e Cúria Romana e uma administração mais transparente das dioceses. Frisou que a inculturação é necessária, mas que também é preciso contestar ou criticar certos aspectos da cultura contemporânea. Todos os grupos (induzidos também pelo questionário) deram importância à pastoral vocacional, como parte da missão do bispo de garantir a continuidade da Igreja diocesana.

Orientações para a vida interna da Igreja, menos para justiça e paz

O grupo espanhol A destacou cinco dos dez itens do questionário: o bispo mestre da fé; mestre da vida espiritual; colegialidade e subsidiariedade; o testemunho de pobreza do bispo; a inculturação, valorizando a religiosidade popular. O grupo espanhol B se pronunciou sobre todos os dez itens, dando atenção também (além dos temas do grupo A) às relações dos bispos com presbíteros, diáconos e religiosos; pastoral vocacional; Província Eclesiásti-

ca; paróquia, Cúria Diocesana. O grupo C também abordou quase todos os temas e apresentou sugestões específicas sobre a organização dos Bispos em nível continental (urgente na África), sobre a prioridade da missão, sobre o espírito missionário da paróquia e das pequenas comunidades, sobre o combate à miséria, com indicações de diversos tipos de ação possíveis, inclusive o empenho para cancelar a dívida externa.

Finalmente, o relatório do grupo alemão foi relativamente breve e deu espaço principalmente a questões teológicas: o fundamento do ministério presbiteral, a teologia do presbiterato, a necessidade de aprofundar teologicamente a relação entre comunhão e subsidiariedade. Quase nada disse sobre o papel do bispo na sociedade e na promoção da justiça e da paz, tema – aliás – prejudicado nos grupos pela ausência de uma pergunta mais explícita sobre o tema.

A elaboração das proposições

A última fase dos trabalhos é constituída pela formulação das “proposições”, que o Sínodo entrega ao Papa como subsídio – junto com os documentos e relatórios anteriores – para a redação da “Exortação pós-sinodal”, que geralmente conclui o Sínodo.

Os grupos trabalharam na redação das proposições até ao meio dia de sexta, 19 de outubro. Tiveram depois um fim de semana mais folgado, enquanto a secretaria do Sínodo reunia as proposições num único documento, dis-

tribuído aos Padres Sinodais na segunda-feira, 22 de outubro. O documento é reservado e não será divulgado. Sabe-se que reúne cerca de 70 proposições, que os Padres ficaram polindo e emendando nos dias 22 a 24, para depois votar a redação definitiva.

Muitas das proposições certamente retomam as discussões nos grupos. Algumas procuram frisar aspectos que um ou outro Padre considera até então descuidados ou não bem formulados. Só a edição final das “Proposições”, se for publicada, poderá dizer se houve omissões.

Uma mensagem de esperança e pela paz

Logo foi divulgada a Mensagem Final do Sínodo⁹. Ela deixou insatisfeitos muitos bispos, que teriam gostado de ver com mais clareza a condenação do terrorismo associada à denúncia das causas (pobreza, injustiças, imperialismo...) que o provocam ou, ao menos, o facilitam. Em geral, os Padres Sinodais acharam que faltou ao Sínodo “propostas que façam sonhar” e uma reflexão teológica mais significativa¹⁰. Pessoalmente, achei quase incrível que um Sínodo sobre o episcopado tenha ignorado totalmente a teologia da Igreja local (ou particular).

Mesmo assim, a “Exortação pós-sinodal” do Papa poderá ir mais longe que os próprios Bispos e, principalmente, a Cúria romana e a Secretaria do Sínodo. E um fruto relevante do Sínodo já está adquirido: o encontro e o diálogo de Bispos do mundo inteiro não apenas sobre o papel deles, mas

⁹ Cf. *L'Osservatore Romano*, ed.port., 3.11.2001, p. 19-20; *Jornal de Opinião*, n° 650, 12-18.11.2001, p. 13; SEDOC, n° 290 (jan.fev. 2002), p. 432-441.

¹⁰ Cf. *Il Regno-attualità* 20/2001, p. 649.

principalmente sobre os grandes desafios da humanidade de hoje, sempre mais unida e interdependente, tanto no bem quanto no mal. Os Bispos voltaram a seus Países e suas dioceses em condições de melhor representar a Igreja Católica no imenso esforço neces-

sário para que o mundo supere a guerra e o terrorismo e encontre justiça e paz. Cabe especialmente aos cristãos, juntos, com judeus e muçulmanos, pela fé no único Deus, trabalhar pela paz. Os últimos acontecimentos na terra de Jesus o mostram à saciedade.

TEMAS DA "RELATIO POST DISCEPTATIONEM"	Porcentagem do texto (*) da Relatio post Discept.	Intervenções dos Padres (**)
INTRODUÇÃO		
1. Olhando para Cristo	3,8%	
2/5. O relatório no processo sinodal	4,1%	
6. Identidade teológica do Bispo	4,1%	
7. Esquema do relatório "post disceptationem"	5,7%	
I. O Bispo em comunhão com Deus		
8. Homem de oração	2,8%	12,0%
9/10. Chamado à santidade	5,0%	3,1%
11. Formação permanente	2,4%	4,2%
12. Pobre pelo Reino	2,1%	1,9%
II. O Bispo a serviço da comunhão na Igreja Universal		
13. Solicitude por todas as Igrejas	4,3%	
14. O coração do Bispo aberto à ação pastoral missionária	4,1%	
15. O princípio da comunhão (Conferências Episcopais)	2,9%	6,2%
16. Subsidiariedade	3,3%	3,1%
17. O diálogo ecumênico	4,0%	3,9%
18. O Sínodo dos Bispos	2,8%	3,1%
III. O Bispo a serviço da comunhão na Igreja Particular		
19. Mestre de oração (e piedade popular)	3,1%	3,1%
20/22. Mestre da fé	8,6%	2,0%
23. Pai dos pobres	1,7%	8,1%
24. O Bispo e seu presbitério	1,6%	3,1%
25. A ação pastoral pelas vocações	2,9%	1,6%
26. O Bispo e os consagrados	3,3%	3,1%
27. O Bispo e os leigos	2,8%	5,8%
28. A paróquia	1,2%	0,4%
29. A Cúria diocesana	1,4%	
30. Plano pastoral diocesano	1,6%	

TEMAS DA "RELATIO POST DISCEPTATIONEM"	Porcentagem do texto (*) da Relatio post Discept.	Intervenções dos Padres (**)
III. O Bispo a serviço da comunhão na Igreja Particular		
31. Inculturação	2,2%	1,6%
32. A ação pastoral para a cultura	2,2%	4,2%
33. O bispo e os meios de comunicação social	2,9%	1,2%
IV. O Bispo a serviço da comunhão no mundo		
34. A ação missionária	3,3%	1,9%
35. O bispo promotor da paz e da justiça	2,2%	7,3%
36. O bispo promotor do diálogo	1,2%	3,5%
37. O bispo anunciador da esperança	4,7%	
CONCLUSÃO	1,6%	
Total	100,0%	

(*) O texto latino contém 579 linhas. A porcentagem foi calculada a partir das linhas de texto atribuídas a cada tema.

(**) A porcentagem das intervenções foi calculada sobre o número de 257 intervenções de Padres (230), auditores (23) e delegados fraternos (4). Na maioria dos casos, foi considerado um só tema (o principal) por intervenção. Em alguns casos, fo-

ram considerados dois ou mais temas por intervenção.

Pe. Alberto Antoniazzi. Professor do Instituto de Filosofia e Teologia da Arquidiocese de Belo Horizonte. Acompanhou os delegados brasileiros ao Sínodo de 2001 por convite do Presidente da CNBB. Endereço do autor:

*Departamento de Filosofia e Teologia – PUC/MG
Caixa Postal 2686
30161-970 Belo Horizonte – MG*

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

- 1 Das preocupações expressas pelos Padres Sinodais na fase das intervenções pessoais, quais você considera mais importantes? Porque?
- 2 Que elementos das discussões grupais você destacaria como mais urgentes na situação atual da Igreja e da sociedade?
- 3 O que você e sua comunidade esperam do ministério dos Bispos hoje?

Vida religiosa consagrada: Dom do Espírito

"Antes de ser construção humana, a comunidade religiosa é um Dom do Espírito. De fato, é do amor de Deus difundido nos corações por meio do Espírito que a comunidade religiosa se origina e por ele se constrói como uma verdadeira família reunida em nome do Senhor".

(Vida Fraterna em Comunidade, p.21).

CLEUSA APARECIDA NEVES

Na história Sagrada encontramos a narrativa do chamado dos primeiros discípulos de Jesus. João narra que certo dia André, irmão de Simão Pedro, foi ter com o irmão para dizer-lhe que haviam encontrado o Messias e o levou até Jesus. Jesus, ao ver Pedro, fixou nele o olhar e pronunciou as seguintes palavras: "Tu és Simão, filho de João; serás chamado Cefas – que quer dizer Pedro" (Jo 1,42). A partir de então, Pedro, não resistindo ao olhar e ao convite, começou a fazer parte do grupo dos seguidores do Messias, o Mestre Jesus.

Como no passado, na realidade contemporânea, a proposta de seguir Jesus continua atraindo sem cessar homens e mulheres sedentos de perfeição evangélica e ávidos do Reino de Deus. Buscando conformidade com o carisma dos fundadores e fundadoras das diversas Congregações e/ou Ordens, uns levam uma vida reclusa, dedicando-se mais à contemplação e oração; outros/as se dedicam a diversas formas de apostolado, mas todos eles/as levam uma vida em comum, a exemplo da Trindade, e assumem, por votos públicos, o compromisso de observar os conselhos evangélicos de

obediência, pobreza e castidade. Este ideal de vida é denominado de Vida Religiosa Consagrada.

Conforme encontramos no texto do documento A Vida Fraterna em Comunidade, Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica (1994), a Vida Religiosa Consagrada é puro dom do Espírito que congrega diferentes pessoas para construírem uma família em nome do Senhor. Ela não é uma construção humana e tanto os homens quanto as mulheres que se unem para formar uma comunidade religiosa o fazem não por vontade própria, mas movidos por inspiração do Mestre que chama:

"Nascidos "não da vontade da carne e do sangue", não de simpatias pessoais ou de motivos humanos, mas "de Deus" (Jo 1, 13), de uma vocação divina e de uma divina atração, as comunidades religiosas são um sinal vivo da primazia do Amor de Deus, que opera suas maravilhas, e do amor a Deus e aos irmãos, como foi manifestado e praticado por Jesus Cristo" (p. 5).

Esse documento deixa claro que é

Deus quem chama para o Seguimento, ou seja, há “um toque divino”. Assim sendo, podemos dizer que é o Amor de Cristo que reúne, congrega, e este amor é difundido nos corações por meio do Espírito, dando origem e construindo a comunidade religiosa, esta entendida como dom do Alto:

“Não se pode compreender a comunidade religiosa sem partir do fato de ela ser dom do Alto, de seu mistério e de seu radicar-se no coração mesmo da Trindade santa e santificante, que a quer como parte do mistério da Igreja, para a vida do mundo” (1994, p.21)

Podemos então concluir que, a Vida Religiosa Consagrada faz parte do projeto de Deus e a comunidade religiosa é um lugar de fraternização e missão, pois é nela e a partir dela que, a exemplo de Jesus Cristo, o/a religioso/a faz opções concretas em favor dos irmãos.

Considerando que a vida religiosa consagrada é dom do Espírito, portanto, não é mérito nem emerge do querer humano, podemos dizer que ela tem tudo para que aqueles/as que a abraçam sejam pessoas integradas, felizes, realizados/as na opção que fizeram.

De acordo com Giglio

“Integrado significaria “aquele indivíduo capaz de buscar sua auto-realização a partir da harmonização entre o que sente, o que pensa e o que faz, capaz de autoconhecimento”. Estar integrado é algo que levaria o indivíduo a sentir-se bem e realizado” (in Moraes, 1997, p. 166).

No entanto, sabemos que para entre os/as religiosos/as uma insatisfação/descontentamento e quando se fala sobre o assunto, ouvimos ponderações/reflexões/conclusões sobre as possíveis causas bem como afirmativas do tipo: “A Vida Religiosa tem uma estrutura que garante as finanças, boa moradia (muitas vezes cinco estrelas), oferece tudo a tempo e a hora. Não falta nada, mesmo àqueles/as que vivem como hóspedes na fraternidade, não se comprometendo com nenhuma atividade profissional e/ou da vida religiosa. Uma vida dessas quem não quer? A pessoa sabe que lá fora é difícil e acaba não tendo coragem de sair com medo de ir à luta. Fica na vida religiosa sendo uma pessoa amarga, atrapalhando a vida de muita gente”, ou ainda, “Nossas comunidades religiosas estão cheias de pensionistas mal-amados/as”, etc.

Também é comum ouvirmos e/ou constataremos que de um lado, temos religiosos/as que já estão aposentados/as (até precocemente), não querem assumir nenhum compromisso, alegando que já fizeram muito. São pessoas acomodadas, que não manifestam desejo de crescer. Encontramos também aqueles/as sem preocupação com o futuro e compromisso com o presente. Estão “felizes”, satisfeitos/as e se nutrem no presente dos feitos do passado, afirmando que no tempo deles/as “é que era bom”. Citamos também os eternos insatisfeitos. Reclamam de tudo: da comida, dos colegas...para eles, nada está ou é bom, tanto a nível comunitário quanto congregacional. Apenas o que fazem tem valor e é bom, mesmo que seja insignificante diante

do que poderiam fazer, pois têm potencial mas são acomodados e estão entrando na fila dos aposentados. Há ainda os/as stressados/as. São aqueles/as hiperativos/as. Não saboreiam a vida e trabalham em excesso, afirmando sempre que “os/as novas não querem nada”. De outro lado, encontramos um grupo de consagrados/as realizados/as, diríamos, “bem resolvidos/as”. Estes pertencem ao grupo dos/as integrados/as. Manifestam-se sempre abertos/as ao Espírito e buscam acolher as mudanças, o novo e as novas gerações. Esses/as, vêem a vida com otimismo e a motivação para o agir vem de dentro. São pessoas que não se prendem ao passado, não se arraigam às próprias idéias. Podemos dizer que estas, na caminhada que fizeram, se deixaram limar pela convivência pluralista das pessoas e idéias com as quais convivem e aprendem a viver no atrito de opiniões divergentes – pertencem ao grupo dos sábios (minoria?).

Tais constatações nos levam a indagar sobre o que dá origem à insatisfação/descontentamento na Vida Religiosa e qual o segredo do equilíbrio, ou seja, o que conduz/ajuda a pessoa a se realizar na vida consagrada, a ser integrada?

É pertinente ressaltar que nesses últimos anos os termos “refundação” e reencantamento da Vida Religiosa Consagrada estão em relevo de forma bastante significativa, numa tentativa de chamar atenção sobre o fundamento da mesma e seus elementos essenciais para viver o carisma dos fundadores e fundadoras numa fidelidade criativa, considerando as exigências da contemporaneidade. Também tem crescido a literatura sobre o assunto, o que nos leva a con-

cluir que, se tais temas estão sendo abordados é porque a realidade aponta para a necessidade em fazê-lo.

Aprofundando nossa reflexão vejamos. Em termos ideais, a Vida Religiosa deveria ser o lugar de duas liberdades: a de Deus que interpela e chama, e a nossa que ouve o chamado e livremente dá o sim. A partir daí quem deu a resposta entraria no processo de Seguimento, atuando como sujeito da própria história e na história da Congregação/Ordem. Aqui, lembramos que é a qualidade do diálogo que o/a religioso/a mantém consigo mesmo, com o próximo e com o mundo a sua volta que o torna um sujeito histórico.

Sabemos que a Vida Religiosa é por essência uma experiência comunitária do sentido escatológico da vida cristã. Através da consagração o/a religioso/a assume publicamente o compromisso da vivência dos conselhos evangélicos de forma radical e em comunidade. Conforme encontramos no documento *Tendências Proféticas da Vida Religiosa na América Latina* (1997), a Vida Religiosa é

“[...] uma afirmação do amor preferencial a Cristo e aos irmãos. Sua razão de ser é a aspiração a viver intensamente a caridade testemunhando com o próprio modo de vida a certeza de que é no caminhar com o Pai, o Filho e o Espírito Santo e na comunhão de amor comprometido com os irmãos, que o homem encontra a suprema realização de sua existência” (p.65).

Esse mesmo documento, também ressalta que o religioso/a tem uma mis-

são profético-escatológica e é sinal da universalidade da Igreja em sua dimensão: (1) católica, ultrapassando a Igreja local. Daí seu caráter missionário e peregrino – vive em função do seu instituto que busca pulverizar o carisma em várias regiões e/ou países; (2) escatológica, “que transcende a institucionalidade da Igreja peregrinante, e recorda sempre que o Reino de Deus e a Igreja da glória são a perspectiva absoluta a partir da qual todo reino e toda instituição humana é julgada e relativizada” (p.65,66).

Concluímos, então, que a Vida Religiosa é dom do Espírito, portanto, graça. Assim sendo, é uma proposta de vida que tem tudo para contribuir para a plena realização do ser humano que fez/faz opção por ela. Realização esta, entendida aqui não como perfeição de vida, nem como antecipação da escatologia, pois não somos seres supra-humanos, mas peregrinos rumo à Terra Prometida. Como dissemos anteriormente, plena realização humana nos reporta a pessoas integradas.

Uma vez que as queixas e/ou comentários sobre a existência de uma insatisfação no meio dos/as consagrados/as são freqüentes, é importante que, primeiramente, nos perguntemos: Afinal, quem é ou quem são essas pessoas tão insatisfeitas? Elas são ou estão insatisfeitas com a vida e/ou com a Vida Religiosa? Qual é ou quais são as possíveis causas que provocam tanta insatisfação/descontentamento em pessoas que foram tocadas pelo Espírito e livremente deram o sim?

É certo que uma análise e juízo simplista não podem dar conta da complexidade que o assunto exige. O pre-

sente texto pretende apenas expor algumas reflexões/preocupações sobre a Vida Religiosa, no tocante às possíveis causas desse descontentamento/insatisfação, realidade detectada e que vem sendo apontada por Superiores Gerais e/ou Provinciais, ressaltada por assessores de encontros/cursos/retiros a nível congregacional e/ou intercongregacional, bem como discutida/comentada entre nós religiosos/as.

Sobre a gênese dessa insatisfação podemos começar fazendo a seguinte pergunta: O que frustra a caminhada das pessoas na Vida Religiosa, provocando essa insatisfação é de que ordem: institucional, emocional ou vocacional?

Referente ao primeiro questionamento, podemos inferir que seria essa insatisfação oriunda de um peso por parte da instituição quanto às exigências, rigor escrupuloso ao cumprimento de normas, e/ou tipo de missão, bem como falta de abertura do grupo para perceber os sinais dos tempos. Diríamos mesmo que é provocada por algo externo à pessoa, nasce de normas e/ou determinações da instituição, bem como de seu fechamento.

Quanto ao segundo, a origem da insatisfação estaria envolvendo sentimentos, possivelmente o “não saber lidar com as emoções”. Aqui, já é de ordem interna, tem origem no âmago das pessoas.

E o terceiro, seria trabalhar com duas possibilidades. A primeira, de encontrarmos na Comunidade Religiosa pessoas que não foram tocadas pelo Espírito, ou seja, não foram chamadas. Neste caso, podemos dizer que o religioso/a, provavelmente, tenha optado pela Vida Religiosa por segurança material

e/ou status, fuga, dentre outros. Assim sendo, a opção não se deu por ação do Espírito, mas por vontade humana, o que, com o passar do tempo, pode conduzir a uma frustração. E a segunda, seria a perda da vocação. Nesse caso, podemos dizer que os/as religiosos/as não conseguiram manter acesa a chama do ideal primeiro, se perderam no caminho. Aprofundando nossa reflexão, buscaremos resposta para a seguinte pergunta: Quem é o/a consagrado/a?

Podemos começar dizendo que o indivíduo que pertence à Vida Religiosa Consagrada, como espécie humana, é um como os demais. Ele precisa sobreviver num mundo em conflito, num contexto em contínua modificação de parâmetros e referências.

Ele é um ser humano que a exemplo dos demais, vive em busca de condições externas de sobrevivência, se esquecendo, muitas vezes, de suas condições internas e do fato de que aquilo que o distingue das outras criaturas, na realidade, é sua capacidade de consciência e de reflexão, ou seja, é um ser pensante e com sede de Infinito.

Como ser pensante, é um como outro qualquer, possuidor de um *eu*, que sente e deseja, que ama e odeia, que cobiça, que tem inveja, que renuncia e que transcende. Podemos afirmar sem medo de cometer engano que é um ser que é bom e mau, um ser de polaridades. Sobre essa condição de ambigüidade própria do ser humano, São Paulo, em sua carta aos Romanos, deixa claro, dizendo dele próprio:

"Efetivamente, não compreendo nada do que faço: o que eu que-

ro, não o faço, mas o que odeio, faço-o. Ora, se faço o que não quero, estou de acordo com a lei e reconheço que ela é boa; não sou eu, pois, quem age assim, mas o pecado que habita em mim. Pois eu sei que em mim – quero dizer em minha carne – o bem não habita: querer o bem está ao meu alcance, não, porém, praticá-lo, visto que não faço o bem, que quero, e faço o mal, que não quero. Ora, se faço o que não quero, não sou eu quem age, mas o pecado que habita em mim" (Rm 7,15 -20).

Logo, como religiosos/as temos que reconhecer e assumirmos nossa frágil condição humana: somos pecadores/as e isso independe de nosso querer. É intrínseco à espécie. Se crescermos no aprofundamento dessa realidade, possivelmente seremos mais compreensivos e misericordiosos/as conosco mesmos/as, e diante das fraquezas dos/as irmãos/ãs não teremos a postura de só condenar e exigir autenticidade no testemunho.

Prosseguindo, o/a religioso/a é um ser humano como os demais e que necessita autoconhecer-se, pois é o conhecimento de si mesmo que transforma, liberta, que impulsiona a criar e recriar, que transcende.

No que toca ao autoconhecimento, é possível que uma das causas da insatisfação na Vida Religiosa Consagrada seja o fato de nós consagrados/as não conhecermos bem nossas próprias emoções, não sabermos lidar com elas; não compreendermos o que está por trás de um sentimento e aprendermos

a lidar com a mágoa, com a tristeza, a ira, a inveja, o amor...

Para Goleman (1995) quando ocorre um sentimento, é fundamental o seu reconhecimento por parte de quem o experiencia, ele assinala que:

“A incapacidade de observar nossos verdadeiros sentimentos nos deixa à mercê deles. As pessoas de maior certeza sobre os próprios sentimentos são melhores pilotos de suas vidas [...]. Lidar com os sentimentos para que sejam apropriados é uma aptidão que se desenvolve na autoconsciência” (p. 55).

Podemos então concluir que a capacidade de reconhecer as próprias emoções nos assegura maior rapidez em lidarmos com elas e nos recuperarmos dos reveses e perturbações da vida. Por outro lado, se não compreendermos nossas emoções, como poderemos ter habilidade para a leitura dos sentimentos dos que estão à nossa volta? Como entraremos em sintonia com os aspectos mais sutis dos sinais sociais indicadores do que os outros precisam e o que querem? E mais, como sermos sensíveis aos sentimentos, sabendo ouvir e respeitar as diferenças e o modo das pessoas encararem a vida e as coisas?

É pertinente ressaltar que a necessidade de autoconhecer-se é imprescindível porque ajuda o sujeito a: (1) perceber dentro de si quais são seus limites e possibilidades e como afetar o mundo com ambos sem prejuízo para si e o próximo; e (2) compreender melhor a sua própria natureza para construir um estado de paz consigo mesmo, com o Criador, com os outros e com a natureza.

Podemos dizer ainda, que o autoconhecimento nos leva a autocompreensão e ao encontro com a centelha sagrada escondida em nós, pois fomos feitos à imagem e semelhança do Criador: “Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança [...]. Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus ele o criou; criou-os macho e fêmea” (Gn 1,26-27).

Entendemos e ressaltamos que a pessoa consagrada é alguém que sonha e busca experienciar na própria história um relacionamento consigo mesma, com o Criador e as criaturas, baseado no sentido de unidade, do amor, da harmonia, da justiça, da fraternidade... mas ela conta com a fragilidade própria do ser humano: ser pecadora. Essa condição, como vimos anteriormente, muitas vezes nos impele a “não fazermos o bem que queremos, mas o mal que não queremos”.

Podemos inferir que a formação para a Vida Religiosa, tanto a inicial quanto a permanente, deve colaborar mais para despertar no indivíduo a autoconsciência do *EU* individual para o *Eu* transpessoal. Dessa forma, os diferentes *EUS* da Comunidade Religiosa terão mais possibilidade de um convívio integrador.

Outrossim, precisamos também considerar questões como: (1) a resposta ao chamado e a entrada na instituição religiosa não mudam o caráter das pessoas. Cada pessoa traz toda sua história e a sua cultura dentro de estruturas que são a herança de centenas de gerações; (2) o/a futuro religioso/a, ao ingressar em uma Congregação e/ou Ordem, não é transferido/a para um mundo separado, puro, impecável, sem

defeitos. Continua vivendo neste mundo, participando de tudo que ele tem para oferecer; e (3) cada qual, antes de pertencer à instituição religiosa, ocupava um lugar na vida social, portanto, vem de uma família e de uma realidade socioeconômica diferente.

Consideramos importante destacar que nenhum ser humano é igual. Pelo contrário, as capacidades e limitações são variáveis, pois não há sociedade humana em que todos os componentes sejam iguais. Se assim fosse a vida seria um tédio. Em toda sociedade não há igualdade e/ou uniformidade total. A grande riqueza do homem é sua diferença dos demais. Em meio à espécie não há como encontrar outro igual. Cada um tem sua singularidade, um tipo de inteligência que aprende, representa e utiliza o conhecimento de maneiras diversas. Todavia, esse ser humano só é possível pensá-lo dentro de um coletivo, na intersubjetividade das interações complicadas que ocorrem entre os diferentes sujeitos, numa cadeia complexa de relações, sempre interagindo com as pessoas, com as coisas e com o mundo.

A Vida Religiosa é essencialmente comunitária e trabalha com a realidade da diversidade das pessoas que buscam viver a unidade da fé na diversidade dos dons, primando pela caridade uma vez que é o mesmo Espírito que age e realiza tudo em todos. Sobre a diversidade dos dons, São Paulo, em sua primeira carta aos Coríntios, adverte: "Existem dons diferentes, mas o Espírito é o mesmo; diferentes serviços, mas o Senhor é o mesmo; diferentes modos de agir, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos" (1Cor 12,4-6).

Na comunidade religiosa cada um tem seus dons, potencialidades/riquezas que deverão estar a serviço do bem comum, bem como suas limitações. O desafio é viver em comum, respeitando as diferenças, a individualidade de cada membro do grupo, se alegrando com o sucesso dos/as companheiros/as...

Como toda comunidade humana, uma das causas de sofrimento na vida em fraternidade é que muitas vezes não sabemos lidar bem com o sucesso dos/as irmãos/ãs, damos asas à inveja; somos adeptos da detração; veiculamos inverdades, tecendo relações de desconfiança... exigimos que o outro seja solidário, fraterno, compreensivo, atento às necessidades do/a outro/a... somos exigentes com o testemunho dos/as outros/as, mas não percebemos que fazemos pouco para testemunhar o que exigimos como ideal de fraternidade. Tudo isso traz dor, angústia, mas faz parte da experiência humana. Afinal, não somos supra-humanos, nossa condição é de humanos pecadores consagrados/as, em busca da Terra Prometida. Entretanto, ressaltamos que esse tipo de sofrimento difere em muito da insatisfação/descontentamento mencionada anteriormente.

Compreendemos a vida religiosa consagrada como um grande processo que vai acontecendo e marcando a história. A partir do chamado, a história tem início no aspirantado, prosseguindo o postulante e o noviciado; depois os primeiros votos, após estes os votos perpétuos e os grandes marcos como: bodas de prata, ouro e diamante. Entendemos a caminhada como um processo ininterrupto onde a batalha é para encarnar na própria história todas

as festas desses grandes marcos históricos. O entusiasmo iniciante deve permanecer através da encarnação dessas festas. Eis o grande desafio: encarnar na própria história o ideal sonhado e proclamado publicamente; fazer do sonho uma realidade e contribuir para que essa realidade se assemelhe ao sonho do Mestre: o Reino de Deus acontecer aqui na Terra.

Para que Deus se manifeste no ritmo da vida consagrada e seus membros sejam pessoas integradas, é imprescindível que seus/as componentes se afiliem às Congregações e/ou Ordens não por motivos como status, segurança material e/ou outros, isto não traz realização humana e, uma vez não superado, pode ser motivo de grande descontentamento e insatisfação continuada. A adesão deve se dar pela resposta ao "Chamado" do Mestre.

É preciso que a filiação à instituição se dê pelo que verdadeiramente dá sentido ao Seguimento, ser tocado/a pelo Mestre, ser chamado: "Não fostes vós que me escolhestes mas fui eu que vos escolhi" (Jo 15,16). E a resposta a esse convite é na total liberdade de filhos e filhas de Deus, pois supõe renúncia a si mesmo, passa pelo caminho da cruz, pela doação ao irmão: "Se alguém quer me seguir, renuncie a si mesmo, tome a cada dia sua cruz e me siga" (Lc 9,23).

Uma vez ouvido o chamado, dar sentido ao Seguimento implica dispor-se a fazer a experiência mística "tornar-se um com o Sagrado", fazendo a experiência do amor nupcial. Isto sugere um trabalho de luta, dor; é sim, é não; é dúvida, incerteza... É difícil ouvir a própria voz, o grito dos próprios anseios, o clamor do pobre que inter-

pela... perceber a Luz que emana do alto e se manifesta no cotidiano da própria vida e da vida do povo nos convocando para assumirmos compromissos com o Reino de Deus.

Estar na dinâmica do Seguimento implica um movimento de abrir-se para Deus e para o outro, numa eterna busca de saciar a alma sedenta do Divino: "Minha alma tem sede de vós, minha carne também vos deseja, como terra sedenta e sem água" (Sl 62), solidarizando-se com o próximo. A autenticidade da vida consagrada não se manifesta só pelo louvor ao Senhor da vida e da história nem pela eficácia do que fazemos: grandes obras, eficiência administrativa, assumir cargos... mas pela busca incessante de acertar na leitura dos sinais do Espírito no silêncio do cotidiano, e estes passam pela conversão à solidariedade.

Como podemos ver, o assunto é por demais complexo, não há respostas simples para questões tão delicadas nem o presente texto objetiva fornecê-las. No entanto, ficam questões como: O que fazer para que Mulheres e Homens não se tornem pensionistas dentro de uma proposta arrojada de Seguimento do Mestre, que exige sair de si e comprometer-se com o seu projeto? Qual o diferencial que faz com que mulheres e homens consagrados/as assumam a vocação para a qual foram chamados/as de forma mais plena, experimentando a liberdade de filhas e filhos de Deus? O que fazer para que não paire em nossas comunidades o desânimo e o desencanto pela Vida Religiosa?

Ressaltamos ainda que, frente à realidade que nos interpela, não podemos esquecer que a Vida Religiosa é com-

posta por pessoas, o que significa trabalhar com a realidade da complexidade do ser humano. Se constatamos a realidade de insatisfação, indiferença, desânimo... faz-se necessário buscar as possíveis causas para melhor compreensão, sem esquecermos que: (1) a Vida Religiosa se dá no contexto de um mundo em evolução permanente onde a transitoriedade, o incerto e o imprevisível, as mudanças e as transformações se fazem cada dia mais presentes; (2) a vida humana é um processo em movimento e desenvolvimento contínuo.

Aqui lembramos que, incluir movimento e desenvolvimento na vida humana significa compreendê-la como expressão dos processos de interação e reflexão. Portanto, mulher e homem, sujeitos a crises... Nesses processos, há que se levar em consideração as possibilidades do momento, a incerteza, a troca de energia com o meio ambiente, ou seja, entre os religiosos e seus superiores, dos religiosos entre si e na interação de todos com a cultura e o contexto, portanto, processo em constante transformação e diálogo a nível micro e macro, onde a dinâmica da vida e do Seguimento ocorrem mediante processos de reflexão na ação e reflexão sobre a ação, ou seja, há um pensar sobre a ação antes, durante e depois de esta ser concretizada.

Para Chardin (in Moraes, 1997) capacidade de reflexão

“indica o poder da consciência de se dobrar sobre si mesma, e de tomar posse de si mesma como um objeto dotado de sua própria consistência e de seu próprio valor: não apenas para

conhecer, mas para conhecer-se, não apenas para saber, mas para saber que se sabe” (p.212).

Se não compreendermos a vida (e a Vida Religiosa) como um processo, percebendo e/ou acolhendo o fato de que ambas estão sempre em movimento, portanto, que é intrínseco ao ser humano estar em contínua mudança em suas diversas dimensões: biológica, espiritual e psicológica, dificilmente compreenderemos as crises e o estado de insatisfação existente na Vida Religiosa, pois esta é constituída por pessoas que estão sempre em um processo ininterrupto de busca, portanto, em constante movimento.

Não alienamos a possibilidade de haver casos de insatisfação de ordem vocacional, ou seja, a existência de pessoas consagradas frustradas porque fizeram uma opção meramente por motivos humanos, como mencionamos no início do texto. Essas, muitas vezes, são “peso” em nossas comunidades e até contratestemunho para o povo de Deus. Entretanto, nesses casos, devemos usar sempre de misericórdia, pois em alguns deles não há muito o que fazer. Mas, para impedir que outros/as cometam tal engano, faz-se necessário compromisso e critério da parte dos formadores na fase de seleção dos/as candidatos/as, afinal, trata-se do destino de uma vida humana, com vistas no futuro.

Consideramos ainda, a possibilidade de de alguém que realmente tenha sido tocado, chamado pelo Mestre, perder o encanto pela Vida Religiosa. Nesse caso, alguns desses/as que estão desencantados/as, desanimados/as

em prosseguir na busca, mais cedo ou mais tarde decidirão por abandonar o ideal que um dia abraçaram; outros/as optarão por "ir levando" a vida pra ver no que dá, o que será frustrante para si mesmos/as e para a comunidade religiosa, pois certamente farão parte do grupo dos insatisfeitos/as, e há os que conseguirão superar a crise se reencantando com a Vida Religiosa, ou seja, encontrando sentido para o Seguimento.

Como o/a religioso/a é um eterno aprendiz e a Vida Religiosa algo construído pelo diálogo que o religioso mantém com Deus, consigo mesmo, com os outros, com a cultura e com o contexto a nível local e universal, lembramos que essa dinâmica requer uma abertura de coração e um estar na busca ininterrupta, pois por sua profissão religiosa, o/a consagrado/a "se compromete a procurar viver a dimensão escatológica de um modo radical" (1977,65). Esse compromisso é por demais exigente.

Na Vida Religiosa como em qualquer outro estado de vida, o grande desafio é manter vivo o encanto inicial não permitindo que o cotidiano se torne enfadonho. A rotina pode levar ao tédio, bem como o desencanto nas relações à decepção, indiferença, dentre outros. A vida exige de nós valentia para enfrentar as dificuldades e superar obstáculos.

Uma vez que a Vida Religiosa se fundamenta em Jesus Cristo, nós que optamos por ela, não podemos permitir que se torne um modelo estático e acabado, envelhecida, com aparência de estar viva, estando morta. Precisamos abrir-nos ao Espírito para descobrirmos os desígnios de Deus e encon-

trarmos força e luz para a caminhada. Mais do que nunca, precisamos assumir a missão em meio às contradições sem desanimar diante delas, deixando-nos guiar pelo Espírito e confiando sempre na presença e na força do Senhor.

Lembramos que quem não tem encanto com a própria vida não pode ter com a vida à sua volta. Para que se dê o reencatamento, primeiramente, faz-se necessário o reencanto conosco mesmos, com a vida, com a congregação, com os valores do Reino de Deus e com o mundo.

Por isso, como Jesus disse a Nicodemos, muitas vezes é preciso nascer de novo:

"Em verdade, em verdade eu te digo: a menos que nasça de novo, ninguém pode ver Deus". Nicodemos lhe disse: "Como um homem poderia nascer, sendo velho? Poderia ele entrar uma segunda vez no seio de sua mãe e nascer?" Jesus lhe respondeu: "Em verdade, em verdade eu te digo: ninguém, a não ser que nasça da água e do Espírito, pode entrar no Reino de Deus. O que nasceu da carne é carne e o que nasceu do Espírito é espírito" (Jo 3,3-6)

Finalizando, diríamos que a Vida Religiosa é sempre tempo de Deus, tempo de Kairós. Esse tempo de Deus nos é concedido como oportunidade única para assumirmos mudar de vida a nível pessoal, não esperando mudanças por parte do grupo e/ou da instituição. Isto não quer dizer caminhar para o individualismo, mas assumir o papel de sujeito da própria história e da história

da Congregação/Ordem. Em outras palavras, só cobrar dos outros e da instituição não resolve, nossa realidade aponta para a urgência de maior compromisso do/a religioso/a com o ideal de vida que abraçou.

A Vida Religiosa contemporânea precisa de pessoas abertas aos apelos do Espírito e sinais dos tempos, que estejam bem inseridas no mundo atual e conheçam todos os seus recursos, colocando o seu vigor e capacidades à disposição do Reino. Só assim poderão ajudar a Congregação e/ou a Ordem a fazer a leitura do carisma na contemporaneidade, concretizando o ideal dos fundadores, bem como estarão contribuindo para a refundação da Vida Religiosa. Mas para isso é preciso que essas pessoas sejam chamadas pelo Mestre, que exige radicalidade no Seguimento: "renuncie a si mesmo, tome a cada dia sua cruz e me siga" (Lc 9, 23). E, conforme encontramos no documento *Tendências Proféticas da Vida Religiosa na América Latina* (1977) o carisma da Vida Religiosa

"[...] é viver ou procurar viver radicalmente e em comunidade, o sentido escatológico que possui toda a vida cristã. Esse sentido deve ser vivido por todos, mas o Religioso faz uma consagração pública na Igreja pelo que se compromete a procurar viver essa dimensão escatológica de um modo radical. Por isso, a vida religiosa surge no seio da mesma comunidade dos batizados como uma afirmação do amor preferencial a Cristo e aos irmãos" (p. 64, 65).

Encerramos dizendo que consagrar-se a Deus é responder a um chamado. É um projeto de vida que abraça o sonho e o projeto do Mestre, mas, sobretudo, é um entregar-se a Ele. O fundamental da Vida Religiosa é a experiência de Deus, é ela e a partir dela que o testemunho será mais autêntico e a eficácia do compromisso com os irmãos serão mais plausíveis. Portanto, para que nós religiosos/as sejamos pessoas integradas é fundamental: (1) levarmos mais a sério a experiência mistagógica, que depende de uma busca pessoal; (2) sermos mais abertos/as para a vida e as mudanças; e (3) crescermos no sentido de pertença e nas relações.

Considerando o resultado de uma recente pesquisa sobre.... que coloca a questão da autoridade como aspecto crucial da VR, é pertinente ressaltar que, entre os diversos dons de toda comunidade humana existe o da liderança.

Sabemos que dentre todo grupo humano algumas pessoas apresentam maiores qualidades para liderar, executar tarefas – essa facilidade/capacidade é um dom. Umas têm inteligência mais aguda e mais abrangente, são mais capazes de enxergar o conjunto dos problemas, sabem perceber a diversidade das pessoas e dos recursos em vista de um projeto comum. Sabem orientar as atividades de todos em função de um objetivo comum. Essas pessoas têm capacidade de dinamizar os outros, avivando os ânimos e dissipando as oposições; sabem vencer o desânimo e têm capacidade de levar um projeto até o fim.

Podemos dizer que em todos os grupos da sociedade humana, por mais sim-

ples que sejam, há pessoas que lideram e pessoas que obedecem/seguem os líderes. Portanto, sendo a VR constituída por pequenos grupos, as fraternidades, não são exceção à parte, também têm seus líderes. O que pode ocorrer é cair no extremo de optar por “nada de liderança” ou de, optando, a liderança ser “opressora”. O desafio é atingir o equilíbrio, encontrar as pessoas certas para as diferentes funções, pois nenhum grupo subsiste sem liderança esclarecida, decidida. Nenhuma empresa e/ou organização humana funciona por pura virtude de associação. Faz-se necessário ter alguém que dê orientação, que ajude para que o objetivo do grupo seja uma busca contínua.

Uma comunidade religiosa de pura espontaneidade está fadada ao exterminio, pois ninguém tem a ousadia de amarrar, concluir. Muitos fundadores que não queriam exercer liderança tiveram que fazê-la mediante o risco da proposta ir a pique. A ausência de liderança leva a lugar nenhum. Não é por acaso que as instituições para a VC foram fundadas por pessoas líderes com grande capacidade para congregar e unir forças em busca de um ideal comum. Os fundadores eram pessoas sensíveis, com ampla capacidade de compreensão, expressão e reflexão; com visão de futuro e bem informa-

das; pessoas com vontade perseverante e capacidade de ação e dedicação ao próximo. Todos os fundadores, homens e mulheres, foram movidos pela **força do Espírito que animou suas vidas enchendo-as de dinamismo, fazendo-os caminhar. Eles (as) souberam ser testemunhas autênticas, foram operários do Reino de Deus que deixaram marcas na história, que transcenderam o tempo e o espaço.**

Cleusa Aparecida Neves – Mestranda em Educação pela Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ.
Endereço da autora:
Avenida Domingos Mariano, 447, Centro
Barra Mansa, RJ
CEP: 27345-120
E-mail: cleusapneves@bol.com.br

Referência bibliográfica

- A Vida Fraterna em Comunidade. Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica. Edições Paulinas, São Paulo, 1994.
- Bíblia Sagrada. Tradução Ecumênica. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1994.
- GOLEMAN, Daniel. Inteligência Emocional. 11ª edição. Editora Objetiva, 1995.
- MORAES, Maria Cândia. O Paradigma Educacional Emergente. Campinas, São Paulo. Papirus, 1997.
- Tendências Proféticas da Vida Religiosa na América Latina. CLAR/CRB.
- Conferência Latino-americana de Religiosos/Conferência dos Religiosos do Brasil.
- Coleção CLAR, Nº 24. Rio de Janeiro: 1977.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

- 1 Como religiosos e religiosas, somos conscientes do Dom da nossa vocação e das riquezas que esse Dom traz para as comunidades cristãs onde vivemos?
- 2 A que atribuir as crises de insatisfação que, muitas vezes, atingem as pessoas e as comunidades?
- 3 Que significa para você aceitar uma Vida Religiosa sempre em processo de renovação?

Missionários de Nossa Senhora da Salette no Brasil – 100 anos de missão

PE. ATICO FASSINI, MS

O ano de 2002 registra dois eventos importantes para a Congregação dos Missionários de Nossa Senhora da Salette: o Sesquicentenário da fundação do Instituto, a 1º de maio de 1852, e o Centenário da chegada do primeiro saletino no Brasil, a 18 de dezembro de 1902.

A Congregação emergiu da caminhada de vida e de uma equipe de Padres da Diocese de GRENoble, na França. A equipe sacerdotal fora constituída por Dom Philibert de Brouillard, Bispo Diocesano, para o serviço pastoral junto aos peregrinos que acorriam ao local da Aparição de Nossa Senhora em LA SALETTE, na circunscrição eclesiástica de Grenoble.

A Aparição

Na tarde de 19 de setembro de 1846, numa das montanhas dos Alpes, no Município de LA SALETTE, na solidão formada por rochedos escarpados e pastagens nativas, situada a 1.800 metros de altitude, ocorreu um evento extraordinário: a aparição de uma BELA SENHORA a dois paupérrimos e ignorantes pastores, Melânia, de 14 anos de idade, e Maximino, com 11 anos. Em serviço ocasional a duas famílias da região, e para o próprio ganha-pão, a ambos pastoreavam pequenos rebanhos domésticos no deserto da montanha. O impacto da beleza da Senhora, de sua fala maternal, de sua atitude de Mãe em lágrimas, do seu modo de ser e vestir, induziu as duas crianças a atribuírem o nome de BELA SENHORA àquela Mulher para elas desconhecida. A longa mensagem que lhes transmitiu numa única manifestação, em linguagem inculturada, impregnada de conteúdo bíblico, praticamente inacessível aos dois pastorinhos e diretamente voltada para a real situa-

ção da vida do povo da região, causou forte repercussão ao ser retransmitida à comunidade local, na noitinha daquele mesmo dia do evento. As palavras da BELA SENHORA retomavam, em síntese, o apelo de Jesus no início de seu ministério, apelo à conversão para que o Reino de Deus possa acontecer. As palavras da BELA SENHORA, identificadas, a seguir, por pessoas humildes da localidade, como sendo a própria Mãe de Jesus, ecoaram fortemente por entre as montanhas da região e no coração das pessoas. Uma onda impressionante de conversão de vida aconteceu pela França afora. Os peregrinos imediatamente afluíram, por trilha estreita, íngreme e pedregosa, ao local do evento maravilhoso. No primeiro aniversário da Aparição, 19 de setembro de 1847, se verificou a presença de uma multidão calculada por testemunhas, em cinquenta mil pessoas. Um peregrino anônimo, inspiradamente denominou a BELA SENHORA como “Reconciliadora”. Desde então, “Salette e Reconciliação” se entrelaçam

intimamente. O Bispo da Diocese, Dom Philibert de Brouillard, ao final de longa e rigorosa investigação, se pronunciou oficialmente a respeito do chamado “Fato da Salette” a 19 de setembro de 1851. No ponto central de seu pronunciamento Dom PHILIBERT declara textualmente: “Julgamos que a aparição da santa Virgem a dois pastores, a 19 de setembro de 1846, sobre uma montanha da cadeia dos Alpes, na Paróquia de La Salette, no arciprestado de Corps, traz em si mesma todas as características da verdade e que os fiéis estão fundados em acreditá-la como indubitável e certa”. Pela primeira vez na história da Igreja, uma autoridade eclesiástica se pronunciou dessa forma a respeito de uma aparição marial. Para tanto, o Bispo de Grenoble se ateve estritamente às normas emanadas pela Igreja, sobretudo pelo Papa BENTO XIV, para a análise de eventos extraordinários na linha da fé cristã. No mesmo pronunciamento o Bispo autorizava o culto a Nossa Senhora da Salette e o anúncio do evento nas pregações, para dele tirar as conseqüências práticas para a vida cristã. A palavra de Dom Philibert causou imenso júbilo junto à Hierarquia eclesiástica européia e junto ao Povo de Deus pelo mundo afora.

A fundação da Congregação

Poucos meses após, a 1º de maio de 1852, Dom Philibert se dirigiu novamente à Diocese para declarar, por escrito, a decisão de construir um Santuário junto ao local da Aparição de Nossa Senhora. No mesmo documento o Bispo anuncia textualmente a seguinte decisão: “Por mais importante que seja a construção de um Santuário, existe algo

mais importante ainda: são os Ministros da Religião destinados a servir, a acolher os piedosos peregrinos, a lhes anunciar a Palavra de Deus, a exercer em relação a eles o ministério da reconciliação, a lhes ministrar o augusto sacramento de nossos altares, e a serem para todos os dispensadores fiéis dos mistérios de Deus (1Cor 4,1) e dos tesouros espirituais da Igreja. Estes padres serão chamados MISSIONÁRIOS DE NOSSA SENHORA DA SALETTE. Sua criação e sua existência serão, bem como o próprio Santuário, um monumento eterno, uma perpétua lembrança da aparição misericordiosa de Maria (...) É pois, um corpo de missionários diocesanos que desde já instituímos (...) Esse corpo de missionários é como que o selo que queremos sobrepor às outras obras que, pela graça de Deus, nos é dado criar. É por assim dizer, a página final de nosso testamento, o derradeiro legado que queremos deixar a nossos bem amados diocesanos”. Pouco tempo após, em avançada idade, Dom Philibert se retirou da Diocese. Os três primeiros sacerdotes por ele enviados ao alto da Montanha da Salette, lá encontraram como teto o grande céu estrelado e, como chão, nada mais que a rocha da montanha. Levantaram imediatamente três barracos e uma capelinha para o atendimento aos peregrinos. Vivendo necessariamente em equipe, dali nasceu a idéia de formarem uma comunidade religiosa. Nem todos porém, se sentiam vocacionados a tanto. Foram sendo substituídos por outros então.

Em 1858, alguns desses sacerdotes diocesanos, ao final de penosa caminhada, decidiram assumir o estatuto de Congregação de direito diocesano,

através da profissão dos primeiros vultos religiosos e com Regra de Vida própria. Em 1879 a Congregação se tornou de direito pontifício, marcada pelo carisma da Reconciliação.

Nessa época, o número de membros do novo Instituto permitia um importante passo: partir em missão. A primeira foi na Noruega, um imenso desafio missionário. A seguir foi fundada a missão nos Estados Unidos e em Madagascar. Depois, em virtude do anticlericalismo do governo francês e de sua perseguição às Comunidades Religiosas no início do século XX, a Congregação se estendeu à Suíça, Itália, Polônia, Brasil, Bélgica, Inglaterra e Espanha. Hoje, também se faz presente na Argentina-Bolívia, Angola, Filipinas, Índia, em diferentes países do ex-bloco soviético, e se prepara para reassumir a antiga missão em Myanmar, ex-Birmânia, missão desmantelada há anos, por um governo xenófobo e ditatorial, e fundar nova missão na Indonésia.

A Congregação conta com cerca de 900 membros pelo mundo afora.

A celebração do sesquicentenário da Congregação nos permite relembrar essa história.

A missão saletina no Brasil: uma história centenária

Pe. Clemente Henrique Moussier MS, o primeiro saletino a chegar no Brasil, desembarcou em Santos, a 18 de dezembro de 1902. Natural da aldeia de Abladins, no sopé da montanha da Aparição, integrou a primeira equipe de saletinos que se dirigiu em missão aos Estados Unidos. Por dez anos lá trabalhou. De lá ouviu falar da carência de clero e da pobreza do povo no Brasil. Inflamado de zelo missionário,

solicitou insistentemente a permissão de fundar a missão saletina em terras brasileiras. Chegou sozinho e sem falar a língua do país. Instalou-se inicialmente em ITÚ e depois em JAÚ, no Estado de São Paulo, com o apoio e a serviço das Irmãs de São José de Chambéry, como Capelão.

Em agosto de 1904, a convite do Arcebispo de São Paulo, Dom José de Camargo Barros, assumiu num gesto de opção pelos pobres, a então distante e subdesenvolvida área da periferia norte da capital paulista: a região de Santana, no além Tietê. A região havia sido elevada a paróquia em 1895, mas não possuía ainda, nem Igreja Matriz, nem residência paroquial, e nem mesmo Pároco residente. Pe. Moussier entregou-se de corpo e alma ao serviço pastoral da população e à organização básica da Paróquia de Santana.

Sentindo-se sozinho face à grandeza da missão, solicitou ajuda ao Governo Geral da Congregação. Recebendo uma primeira equipe de colaboradores vindos da Europa, a presença saletina em Santana se fortificou, pôde se confirmar em Jaú e se ampliar para Santa Cruz das Palmeiras, no interior paulista. No entanto, dada a convocação de três dentre os saletinos no Brasil, para a frente de batalha da I Guerra Mundial, na Europa, a missão de Jaú e Santa Cruz das Palmeiras passou às mãos das respectivas Dioceses. Santana porém, ao final de oitenta e dois anos, foi repassada à Igreja Local em, 1986. Em 1940, no entanto, fora fundada a Paróquia Nossa Senhora da Salette, desmembrada de Santana.

Antes, em 1912, Pe. Moussier, a pedido do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Joaquim Arcoverde de

Albuquerque Cavalcanti, assumiu a Paróquia de Santo Cristo, região portuária pastoralmente muito difícil, no Rio de Janeiro. Desejoso, porém, de elevar, na então Capital Federal, um Santuário dedicado a Nossa Senhora da Salette, fundou em 1914, num renovado gesto de opção pelos pobres, uma nova Paróquia, no bairro do Catumbi. Catumbi era e continua habitado por uma população empobrecida. Ali, Pe. Moussier começou do nada, mas com extrema dedicação organizou a Paróquia e iniciou a construção da Igreja-Santuário por ele tão sonhado. Ao mesmo tempo, com a ajuda de confrades, continuava a servir a Paróquia de Santo Cristo, próxima a Catumbi.

Extenuado pelo atendimento aos atingidos pela “febre espanhola”, morreu santamente no Rio de Janeiro, a 27 de junho de 1919, sem ver concluídas as obras do Santuário por ele iniciado. Seu sepultamento foi seguido por uma multidão estimada em cinco mil pessoas.

Com a chegada de novos missionários saletinos, a obra no Brasil pôde se estender. Em 1928 foi fundado o Seminário Menor para a formação de saletinos brasileiros, idéia recorrente desde 1908. Instalado em Marcelino Ramos, RS, junto a ele mais tarde foi construído um Santuário dedicado a Nossa Senhora da Salette, anualmente local de concentração de milhares de romeiros no último Domingo de setembro, há quase 70 anos. Marcelino Ramos tornou-se um foco de irradiação saletina, com o apoio da revista SALETTE, fundada em 1917, e de uma Equipe de Missões Populares, formada por Missionários Saletinos e Leigos engajados. Muitos outros Santuários e

locais de peregrinação foram surgindo, sobretudo nos Estados do Sul do Brasil e Paraguai.

Novos postos de missão, a cuidado dos Missionários da Salette, aos poucos foram abertos na capital paulista, no interior gaúcho, na capital e interior paranaenses, na Bahia, em Goiás, no Mato Grosso e em Santa Catarina. Além desse amplo trabalho pastoral, diversos saletinos brasileiros prestaram especial colaboração a distintas instâncias da Igreja no Brasil, servindo particularmente à CNBB e à CRB.

A formação de novos integrantes da Congregação se realiza em pequenas comunidades de formandos, esparsas no território da Província. Constituída em Província em 1934, a missão saletina no Brasil tem sua sede provincial em Curitiba, PR, onde também está sediada a Fundação Salette, instituída por ocasião do Sesquicentenário da Aparição, em 1996.

Toda essa história centenária é narrada mais detalhadamente na obra “Crônicas de uma Missão -100 anos de presença saletina no Brasil”, publicada ao final de 2001, sob os cuidados da Associação Nossa Senhora da Salette, em Curitiba.

Graças ao espírito missionário dos pioneiros saletinos, a missão no Brasil se firmou. O carisma da Salette, a Reconciliação, lido à luz da “Grande Nova” da Salette, reflexo da Boa Nova de Jesus Cristo, se expandiu em muitos corações e frutificou em termos de vida do Reino de Deus, em terras brasileiras.

LA SALETTE, França, janeiro de 2002.

Endereço do autor:
Sanctuaire N.D. de La Salette
38970 - LA Salette - FRANÇA

Análise de Conjuntura / Abril 2002

- Para apresentação à 40ª Assembléia Geral -

PEDRO A. RIBEIRO DE OLIVEIRA

Apresentação

Esta análise quer fazer a memória de mudanças ocorridas no panorama social, econômico e político desde a última Assembléia Geral, tendo em vista apontar situações de injustiça que vitimam principalmente os pobres e, portanto, interpelam a consciência evangélica da Igreja. Indo além daquilo que pode ser encontrado nos noticiários, a equipe responsável por esta análise sugere também uma chave de leitura estrutural para realçar as linhas de força indutoras de mudanças, e as forças sociais que as impedem. Assim fazendo, poderemos perceber, sob a superfície dos fatos, a dinâmica dos processos que perpassam as estruturas sociais, políticas e econômicas que regem nossa vida cotidiana. A atitude dos Pastores diante dessa realidade atualizará a atitude de Jesus.

Contexto mundial

Os atentados de 11 de setembro contra as *torres gêmeas* do Centro Mundial de Comércio e o Pentágono, provocando milhares de vítimas no coração mesmo dos EUA, inauguraram um tempo de instabilidade mundial e de fácil recurso à violência. Já na análise de 2001, chamávamos a atenção para a *unipolaridade* que passou a reger as relações internacionais desde a derrocada do socialismo soviético. Um único país, concentrando um poderio econômico e militar sem igual, tornou-se

capaz de impor sua vontade ao restante das nações, principalmente às nações da periferia antes protegidas pela competição entre as duas superpotências. A construção desse poder mundial encontra seu respaldo no patriotismo exacerbado em reação ao ataque terrorista, e há razões para temermos que o povo estadunidense seja submetido a um controle de informações tal, que só poucas pessoas tenham condições para opor-se a uma política de dominação mundial, tal como ocorreu com os países do *Eixo* durante a II Guerra Mundial.

No noticiário dos últimos 7 meses pode-se ver os EUA exibindo seu poderio militar e sua capacidade de desenhar o cenário mundial. A guerra contra o regime Talibã, no Afeganistão, embora não produzisse o resultado previsto (a captura dos responsáveis pelos atentados de 11 de setembro), deu lugar a uma presença militar permanente naquela estratégica região da Ásia central. Outras intervenções militares, embora menos ostensivas, na Colômbia e nas Filipinas, também demonstram sua capacidade de interferir em conflitos que afetem seus interesses. O ponto mais candente, contudo, é o conflito na Palestina, onde o respaldo do Presidente Bush e o suprimento de armas pesadas são indispensáveis à política militarista israelense, como forma de combate aos atentados terroristas. O mundo entrou, assim, na *espiral*

de violência, na qual o direito de defesa se confunde com vingança e abre o caminho para toda forma de agressão, a pretexto do agressor de hoje ter sido a vítima de ontem.

Nesse contexto mundial, os organismos internacionais – como a ONU e seu Conselho de Segurança – mostram-se incapazes de reagir com autonomia frente aos interesses dos EUA, e tornaram-se inoperantes para conter a espiral de violência. Outras instâncias de força moral mundial, como as Igrejas e Tradições Espirituais têm se manifestado e orado em conjunto a favor da Paz. A construção da Paz, contudo, exige que sejam dados outros passos no sentido de distinguir agressores e agredidos, e denunciar quem promove as guerras fornecendo armas aos combatentes. A ordem mundial fica, então, submetida ao poder de fogo de cada país ou grupo, fazendo que a política externa seja regida por interesses egoístas e não por valores universais. Aí reside sua fragilidade moral. Os poderosos se impõem pela força das armas, mas não conseguem se impor pela **autoridade moral**, que já não têm. Esse desgaste da autoridade – o poder consentido por todos a alguns, em vista ao bem-comum – é talvez a maior ameaça à ordem política mundial em nossos dias.

Contexto latino-americano

A análise de conjuntura de 2001 apontava como fatos preocupantes para a América Latina e Caribe a ofensiva

econômica em favor da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA e a presença de militares dos EUA na Colômbia. Nesses últimos meses intensificou-se a força militar na América do Sul, reproduzindo aqui a polarização mundial, na medida em que a acusação de cumplicidade com o terrorismo se estende a todos que se opõem aos interesses estadunidenses. Subjacente a essa tendência, está a tentativa de substituir o ideal de *Pátria Grande*, que desde Simon Bolívar alimentou o sonho de unificação dos países latinos do continente americano, pela noção de “*uma só América*”, evocando o otimismo do pan-americanismo do pós-guerra. Tal solidariedade, contudo, não se manifestou na gravíssima crise econômica da Argentina. Fiel seguidor da receita neoliberal recomendada pelos EUA e implementada pelo FMI, aquele país está atualmente incapacitado de saldar os compromissos financeiros assumidos pelo setor público para *rolar* a dívida externa¹. Com a economia em plena recessão, seu governo pediu apoio externo, mas só recebeu até o momento a acusação de *populismo* e corrupção, como se fosse o único responsável por aquela situação calamitosa. Se é certo que o continente americano é único e deve integrar-se, também é certo que a profunda desigualdade entre as economias dos países do sul e do norte requer a solidariedade generosa do grande para com os menores para ser superada.

¹ Entre o final de 1992 e setembro de 2001, o setor público pagou US\$51 bilhões de juros da dívida externa, dos quais US\$23 bilhões vieram de seu superávit primário, enquanto os restantes US\$28 bilhões foram tomados como empréstimos para pagar juros. Tais empréstimos, não constituindo capitais investidos na produção, engendram uma espiral de déficits que só poderia ser estancada pela solidariedade dos credores, o que não ocorreu.

Quando essa assimetria é desconsiderada no conceito englobante de América, ela prepara o terreno para um acordo entre desiguais tratados como se iguais fossem. Aí situa-se a proposta da ALCA, como uma **integração** aparentemente neutra e benéfica para todos. Mas devemos pensar em propostas alternativas, refletindo sobre experiências como a reunificação alemã nos anos 90 e a União Européia, em curso. Por sua importância para o futuro do nosso Continente, este tema será objeto de uma análise específica, para a qual foi convidado o Prof. Plínio de Arruda Sampaio.

Contexto nacional

Estamos vivendo um momento eleitoral semelhante ao de 1989, por seu caráter **plebiscitário**: a nação deve ratificar ou não a opção pela modernização da economia integrada na *globalização*. A *verticalização* das alianças partidárias polarizou o processo, mas ainda pode haver surpresas². Atrás de nomes e partidos, estão dois projetos de política econômica: o primeiro, pela manutenção do processo modernizador, o segundo pela mudança de eixo no sentido de um pacto nacional para resgate das dívidas sociais. Visando o êxito eleitoral, contudo, os partidos buscam abrandar seu discurso em direção a um meio-termo mais palatável, tanto para os setores médios e populares, que repudiam a continuidade pura e simples do atual governo, quanto para as elites que temem a

radicalidade do PT – daí sua proposta de aliança com o PL.

A política modernizadora de integração no mercado mundial *globalizado*, representada pelo atual governo, tem o apoio do empresariado, porque a interrupção do processo de ajustes estruturais levaria o Brasil a uma situação semelhante à da Argentina... Neste sentido, a elite brasileira vem jogando com força na sucessão presidencial. Mas na eventualidade de vir a perder as eleições deste ano, este grupo vem preparando mecanismos de *blindagem* política, isto é, um conjunto de dispositivos legais e a adesão a compromissos internacionais como a ALCA, que confirmem os pressupostos do jogo e impeçam alterar substancialmente os rumos da economia.

Tudo indica que teremos pela frente uma competição eleitoral acirrada. A comemoração antecipada dos 8 anos do Governo Fernando Henrique, fala de “8 anos construindo o futuro”³ enquanto a música dá o tom da candidatura de **continuidade**. A tentativa de demolição da candidatura de Roseana Sarney mostra que não será permitida divisão de forças. A invasão da casa do presidente na fazenda de Buritis, que recebeu da mídia uma cobertura sensacionalista, levou analistas a suspeitarem ser uma armadilha. Do outro lado, a oposição tem a vantagem de trabalhar com propostas, como o Projeto “fome zero” e o novo Projeto de segurança pública, sem precisar respaldá-los em experiências concre-

² Poderia cada grande partido ter seu próprio candidato ou candidata a presidente, de modo a abrir espaço para alianças diferenciadas nos Estados.

³ Estima-se em R\$147 milhões a verba para a publicidade em 2002, sendo a maioria de estatais (FSP 17/03/2002).

tas. Essa proposta para mudar o eixo econômico do país vem ganhando vulto, na medida em que se insere na corrente mundial de movimentos **alternativos** à *globalização* capitalista, como expressa o lema do II Fórum Social Mundial *Um Outro Mundo é Possível*.

A decisão das eleições, contudo, depende da adesão da grande **massa popular** à sua proposta. Aqui vem um tema difícil: a violência⁴ e o desalento nas massas. Se as elites trabalham com a fabricação de uma imagem que agrada o público, o projeto popular depende, antes de tudo, de sua capacidade de mobilizar, para a conquista da plena cidadania, aquela massa que nunca foi organizada nem politizada, que é desprezada e despreza-se a si mesma, que só tem uma consciência política imediata. Vencer este desafio é a condição de possibilidade para efetivar-se uma alternativa política para o Brasil, visto que uma eleição não resolve tudo, mas é um passo decisivo na constituição de um **povo** no sentido autêntico de conjunto de cidadãos e cidadãs.

Diante disso, ganha importância o documento *"Eleições 2002 – Propostas para reflexão"*, do Conselho Permanente de novembro 2001, incentivando os cristãos a participarem do processo eleitoral, para que este seja um momento privilegiado de educação política, não hesitando em repudiar o

jogo do poder, a manipulação na escolha dos candidatos, o sistemático abuso da mídia e a corrupção econômica nas eleições.

Reflexos no cotidiano

Os processos macroeconômicos e políticos pareceriam abstratos, se não considerarmos seus efeitos na vida das pessoas. Por isso, buscamos aqui visualizar suas consequências práticas, distinguindo algumas situações típicas nos fatos do cotidiano, em nível micro.

Os consumidores

Notícias correntes sobre a situação financeira das 5 maiores empresas aéreas brasileiras, dão conta que uma já tem falência requerida, duas estão em situação crítica e apenas duas não estão ameaçadas (mas uma terminou o ano com prejuízo e a outra não teve lucro). A crise trouxe desemprego e rebaixamento salarial. Apesar disso, o número de passageiros aumentou, porque, num mercado competitivo, a concorrência fez cair o preço das passagens. Ou seja, ganharam os consumidores de viagens aéreas. Esta, a grande vantagem do mercado sem proteção estatal para empresas ineficientes: sobrevivem as melhores, as mais modernas, e ganham os consumidores. A questão é: quem e quantos são, em nosso país, consumidores?⁵

⁴ Não é possível entender a escalada da violência nos últimos 20 anos, se esquecermos que este foi um período de quase estagnação econômica (na última década a taxa anual de crescimento do PIB foi inferior a 2%). Mas este fator não explica tudo. No Estado do Rio de Janeiro, 70% dos condenados sem motivo social e econômico aparente têm menos de 25 anos. Sabendo que chega a 2,7 milhões o número de jovens de 10 a 24 anos moradores em comunidades carentes que não trabalham, não estudam e não encontram emprego, não é difícil deduzir que lhes falta perspectiva econômica, social e cultural. Enfim, a banalização da violência pela mídia (filmes, desenhos) e pelos jogos eletrônicos, e o refluxo das políticas públicas de suporte social, são fatores fundamentais para a crise moral que abre o caminho para a violência. Diante disso, as medidas de combate a curto prazo tornam-se superficiais e funcionam muitas vezes apenas para a produção de "bodes expiatórios", que está subjacente à campanha pela pena de morte e à eliminação sumária sem julgamento.

Os serviços pessoais

Em meio a dados sobre o desemprego, percebe-se que o único setor onde aumenta o número de pessoas ocupadas é o de serviços. São pessoas que encontram um espaço de sobrevivência na sociedade de mercado, oferecendo serviços pessoais que vão desde os tradicionais serviços de manicure, corte de cabelo, diarista doméstico, consertos, pintura e eletricidade, até os modernos serviços de tosa e banho de cães, *personnal training*, massagens e terapias as mais diversas, animador de festa infantil, promotor de eventos e casamentos, professor particular e tantos outros serviços oferecidos a quem tem condições econômicas de pagar, ou seja, aos consumidores. Munidos de telefone celular, para serem facilmente encontrados a qualquer hora do dia e qualquer dia da semana, essas pessoas concorrem num mercado instável, porque tão logo um serviço torna-se apreciado e entra em moda, cresce o número de pessoas dispostas a prestá-lo e seu preço desaba. As pessoas mais criativas estão sempre descobrindo novos serviços e sua novidade lhes permite entrar para o círculo dos consumidores. Mas a grande maioria, que só detém habilidades rotineiras, vem engrossar a **economia informal**, trabalhando sem proteção legal e fora da seguridade social. Será isso a propalada flexibilização do mercado de trabalho?

Os migrantes

Pesquisa recente da Secretaria de Trabalho do Município de São Paulo mostra que na última década 1.300.000 jovens brasileiros deixaram o Brasil, talvez para não mais voltar. A cada ano,

mais de 100.000 jovens, em sua maioria com o curso colegial completo, muitos com curso superior, fogem do desemprego que, nas áreas metropolitanas atinge, mais de 30% dos jovens. O Brasil exporta, geralmente para países de capitalismo avançado, jovens aqui bem preparados, que são os que mais possibilidade têm de se integrarem no mercado de trabalho externo. Mais que um desperdício de recursos econômicos investidos na educação, a fuga desses jovens indica que o Brasil está se tornando um país **inviável** para jovens bem preparados, e isso é sintoma de grave crise social. Por que se tornou o preto a cor da moda entre as jovens?

Ao mesmo tempo, aumentam os deslocamentos sazonais, temporários, conforme a oferta de trabalho. É assim que o Distrito Federal, as áreas litorâneas e as zonas de cana-de-açúcar, laranja, café e frutas, cresceram, na década de 90, a taxas superiores ao crescimento da média nacional. Isso representa um sério distúrbio para a família, que se desintegra (o caso das "viúvas de marido vivo" do Vale do Jequitinhonha), enquanto o trabalhador se submete a precárias condições de vida, saúde e moradia, na esperança de um dia refazer aqueles laços. Sofre quem parte e sofre quem fica... Na última década aumentou o número de mulheres que migram, em busca de sucesso na cidade. Recentemente, um programa de TV ofereceu 10 vagas para jovens desejosas de iniciar uma carreira no mundo dos espetáculos, e atraiu 30.000 candidatas. Por vezes os migrantes conseguem tecer uma rede solidária entre as regiões de origem e de destino, mas tantas outras vezes a migração representa o fim das an-

tigas relações familiares sem que novas estruturas de apoio possam suprir sua falta. O sucesso de programas em que se exibem fatos vividos, não seria um sintoma dessa **patologia** social, que faz uns se comprazerem com as desgraças de outros?

Os marginais

Com taxa de crescimento anual em torno de 1,5% na última década, a economia brasileira decresceu em termos de renda *per capita*. Isso teria sido absorvido sem maiores sofrimentos humanos, se o preço da estagnação tivesse sido pago pelos mais ricos, ou, pelo menos, proporcionalmente distribuído. Mas não foi o que ocorreu: a renda continuou se concentrando nas mãos de uma minoria, hoje vivendo numa opulência que nada deixa a desejar em relação aos ricos do *primeiro mundo*, exceto, talvez, pela constante insegurança por medo de assalto, seqüestro ou violência gratuita. De fato, aumentou muito o número de pessoas hoje vivendo de atividades criminosas, geralmente associadas à violência contra pessoas, e ao narcotráfico. Impressiona a quantidade de adolescentes e até crianças que, por assim dizer, optaram por uma vida breve mas recheada por emoções que só a vida marginal pode dar. Sabem que logo serão mortos pela polícia ou por bandidos rivais, mas enquanto viverem terão um padrão de consumo muito superior àquele que o mercado ofereceu a trabalhadores como seus pais. Para se protegerem da repressão policial cada vez mais impiedosa, desde cedo organizam-se em gangues e associações de proteção mútua, como os *comandos*. E assim vai-se forman-

do no Brasil uma população socialmente marginal, com uma cultura peculiar, que sobrevive predando as riquezas concentradas nas mãos de poucos, ou, pior, roubando de quem pouco tem. Nesse jogo de vida e morte, esgarça-se o tecido social e perdem-se dezenas de milhares de vidas humanas. Não seria mais adequado pensar o Brasil como um país em **guerra civil**?

Uma leitura estrutural

Há mais de 10 anos, ao fazer a análise de conjuntura para a Assembléia Geral da CNBB, Pe. Fernando Ávila trabalhou sobre a hipótese da permanência estrutural do binômio *casa grande / senzala*. Ao afirmar que este é um problema não resolvido desde a colônia, não estamos endossando o discurso de quem não admite mudanças estruturais, mas buscamos entender criticamente a gênese de uma ordem social injusta, para assim superá-la.

De fato, Portugal criou aqui uma classe de proprietários de terra e escravos, capaz de comandar a produção de mercadorias (açúcar, ouro, café e outras), e servir ao comércio com a metrópole. Para compor a força de trabalho, os povos indígenas foram desestruturados enquanto nações, sendo incorporados à sociedade brasileira enquanto famílias ou indivíduos, livres ou escravos. Os africanos, todos escravizados, sofreram um processo ainda mais forte de desestruturação política, social, familiar e cultural. Formou-se, então, uma sociedade onde uma **elite** submete a enorme **massa** de indivíduos que, mesmo livres, foram destituídos de meios de subsistência e dos direitos de cidadania. Em pelo menos 3

momentos cruciais de nossa formação econômico-social a elite jogou politicamente contra a justiça: em 1850, quando a Lei de Terras⁶ substituiu o regime das sesmarias pelo regime da compra de glebas; em 1888, quando a Lei *Áurea* aboliu o trabalho escravo⁷ e quando, no pós-guerra, a industrialização e a urbanização pouco alteraram os regimes agrários e de trabalho⁸. A estratégia sempre foi de evitar que a *massa* viesse a se tornar um *povo*, no sentido de cidadãos em igualdade de direitos e deveres. As reações e revoltas em favor de uma cidadania nacional foram sempre frustradas pela implacável repressão.

Para entender tal poder sobre a massa, é preciso ter em conta que ele foi respaldado pelo **crescimento** econômico desde a proclamação da República, em 1889, até por volta de 1980. Os dados disponíveis (a partir de 1930) indicam que a economia brasileira cresceu em média 7% ao ano, puxada pela indústria que fazia dobrar a riqueza nacional a cada 10 anos, beneficiando também as camadas populares. Só no século XX, após os movimentos operários do início do século, emerge o

processo popular de conquista da cidadania, no qual podem ser distinguidos **4 momentos**:

1. Nas décadas de 1940 e 50, o movimento popular vem embutido na aliança *populista* de Vargas.
2. Nas décadas de 1960 a 80, consolidam-se os movimentos sociais com reivindicações contra a carestia, pela Reforma Agrária, por melhores condições de infra-estrutura, por melhores salários e condições de trabalho, e em defesa dos Direitos Humanos. Esse florescimento recebe o apoio da Igreja Católica e alia-se à reação da sociedade contra a ditadura militar.
3. Na década de 1990 os movimentos sociais entram em crise, devido à mudança de suas relações com o Estado, que adota o modelo neoliberal e faz políticas compensatórias para fugir das responsabilidades sociais. O confronto com instâncias governamentais – em nível municipal, estadual ou federal – cede lugar a tentativas de cooptação da organização e das bandeiras do movimento social, fazendo que este se preste a substituir órgãos governamentais em tarefas de assistência.

⁵ Para a Carta Capital, nº 183 (03/04/02), apenas 1 em cada 5 brasileiros é consumidor; dois outros *se viram*, e os outros, *nem isto*.

⁶ A Lei de Terras reconheceu os direitos das sesmarias preexistentes, registrados nas Paróquias e Comarcas do interior e preceituou o critério da compra e venda como meio para obtenção de novos direitos de propriedade, além – evidentemente – da herança.

⁷ Surgem relações de trabalho profundamente dependentes de relações pessoais e patrimoniais, como sejam a “moradia”, a parceria e o colonato no mundo rural, e os múltiplos arranjos dos serviços pessoais, auto-ocupações, trabalho doméstico, “agregados” etc. No mundo urbano, essas relações se reproduzem, adaptativamente, nas franjas das relações de mercado.

⁸ O processo de Consolidação das Leis do Trabalho tem início em 1941, com Vargas. Mas dirigidas ao mundo urbano e a categorias estratégicas da economia de então. Esse processo sócio-político, que acompanha em ritmo retardado a incorporação da força de trabalho às atividades industriais e urbanas, terá atingido seu ponto máximo (algo como 60% da PEA) no final dos anos 1970 ou início dos anos 80, quando se exaure o modelo de crescimento industrial do pós-guerra. Desde então, passados 20 anos de quase estagnação econômica, somente têm crescido o setor informal do mundo do trabalho e suas formas precárias de relação de trabalho, e o desemprego aberto ou disfarçado.

No momento atual, as lutas por cidadania são retomadas num horizonte mais amplo, que incorpora elementos até então ignorados ou esquecidos, como a questão das dívidas sociais em confronto com a dívida financeira, questões étnicas, de gênero e culturais, tornando-se mais aberto e pluralista⁹. O Fórum Social Mundial figura como momento emblemático dessa visão mais abrangente.

Hoje percebe-se que a **Constituição "Cidadã" de 1988** é o referencial desse processo. Nela desembocaram as reivindicações populares por Democracia e Cidadania para todos. Apesar dos casuísmos (Congresso em vez de Assembléia Constituinte) e da pressão conservadora (o famoso *Centrão*), ela incorporou também as demandas populares, reconhecendo Direitos como a demarcação das terras indígenas e de quilombos, os conselhos populares de controle de políticas públicas, a universalização da assistência e previdência social, a função social da propriedade, e outros avanços na área dos Direitos Sociais¹⁰. Muitos desses Direitos, porém, ficaram inscritos na Constituição mas não se efetivaram. Cabe aqui uma tentativa de explicação para o fato.

⁹ O caso do Movimento dos Sem Terra ilustra bem essa nova etapa dos movimentos sociais. Tendo a ocupação de terras sofrido um sério revés, devido à Medida Provisória que proíbe a desapropriação de terras ocupadas, o MST estende seus braços a articulações mundiais, como a *Via Campesina* e a *Campanha Jubileu Sul*. O movimento se abre a novas questões, ao mesmo tempo que a luta pela terra ganha espaço na agenda de muitas outras organizações.

¹⁰ Não seria possível entender o êxito dessas causas sem a contribuição da Igreja Católica. A CNBB em âmbito nacional e nos seus Regionais, muitas Dioceses e Pastorais específicas, apoiaram e apoiam as lutas por cidadania, pelo direito à terra e pela reforma agrária, com numerosos documentos, pronunciamentos, declarações e gestos concretos como o *Grito dos excluídos*. Mais marcantes, ainda, têm sido as Campanhas da Fraternidade, que desde 1964, exercem a solicitude eclesial incidindo sobre problemas candentes da sociedade brasileira.

¹¹ Essa tensão entre os "modernos" e as "oligarquias", possibilitou a vitória da democracia nas CPIs que levaram à cassação ou renúncia de políticos do velho modelo e abalou a pequena política dos arranjos pessoais, embora a promiscuidade entre o público e o privado sobreviva em formas mais sutis.

¹² Como as empresas do setor elétrico, que compensarão as perdas com o racionamento de 2001 por meio de substancial aumento de tarifas em 2002.

A efetivação dos Direitos Sociais exigiria uma real **redistribuição da renda e da riqueza**, operando uma mudança profunda na secular estrutura social e política brasileira. Dados de 1999 indicam que 400 mil unidades familiares – 1% da população brasileira – detêm 53% da riqueza e 17% da renda nacional. Em vez de olhar para as outras 39,6 milhões de famílias, essa minoria abre-se para o exterior e busca integrar-se no mercado globalizado. As eleições de 1989 (F. Collor), 94 e 98 (F.H. Cardoso) deram o respaldo eleitoral a essa opção, unindo a "moderna" elite de São Paulo a oligarquias regionais (notadamente da Bahia, Pará e Maranhão), hoje ameaçadas em sua sobrevivência política¹¹. Essa política tem sua maior bandeira no **Plano Real**, que mantém baixa a taxa de inflação, mas paga elevado **custo social** devido às restrições impostas ao crescimento econômico. Pouco capital foi aplicado em investimentos de longo prazo, e mesmo os investimentos na produção em geral foram aquisições de empresas já existentes e com rendimento garantido¹². O caso dos bancos, com lucros extraordinários,

ilustra perfeitamente o tipo de capitais atraídos pelo Brasil. **Endividado**, o país submete-se às orientações do FMI, para continuar recebendo capitais externos que cubram o *déficit* nas transações correntes (US\$23 bilhões em 2001) e aumenta a dívida pública¹³. O serviço dessas dívidas retirou dos cofres públicos, em 2001, nada menos que R\$106,9 bilhões, o que significa R\$203.000 por minuto, 24 horas por dia, 365 dias no ano. A maior parte desse desembolso vem de novos empréstimos, mas cerca de R\$44 bilhões vieram do *superávit primário* resultante do aumento de impostos e de cortes nas despesas do Estado¹⁴, para alcançar o chamado “equilíbrio fiscal”.

O País está diante de um impasse. De um lado, uma minoria quer dar

prosseguimento à atual política econômica de integração na globalização, apostando que no futuro ela beneficiará também a grande maioria. Por outro lado, nossa consciência ética e a fidelidade aos movimentos sociais pela cidadania, nos desafiam a construirmos uma nação de pessoas responsáveis pelo seu destino – condição para a *globalização da solidariedade*.

Contribuíram para esta análise Pe. Alfredo Gonçalves, Pe. Ernanne Pinheiro, Carmem Lúcia Teixeira, Pe. Bernard Lestienne, Pe. Antônio Abreu e Guilherme Delgado.

10 / abril de 2002

Pedro A. Ribeiro de Oliveira - Assessor da CNBB para o Setor CEBs e Professor na Universidade Católica de Brasília –

Endereço do autor:

Cx. Postal 02067

70259-970 Brasília – DF

¹³ A dívida interna passou de R\$56 bilhões, em dezembro de 1994, para R\$624 bilhões no final de 2001. No mesmo período, a dívida externa total (pública e privada) cresceu de US\$148 para cerca de US\$240 bilhões.

¹⁴ Em 1966 o então ministro da saúde, Adib Jatene, elaborou um plano diretor para em 3 anos erradicar o mosquito transmissor da dengue no país, com o custo total de R\$4,4 bilhões. Apesar do parecer técnico favorável, o projeto foi cortado para evitar o “desequilíbrio fiscal”. Hoje, dezenas de mortos e milhares de pessoas contaminadas pagam o preço daquela economia. Outro exemplo é o do setor elétrico: porque investimentos são contabilizados como gastos públicos pelo FMI, as empresas estatais ficaram impedidas de investir. Assim fazendo, geraram superávits para o serviço da dívida, mas interrompeu-se o crescimento da produção e o país vive uma grave crise energética.

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1 Quais os principais fatores que estão determinando a configuração da atual conjuntura histórica?
- 2 Como esse fatores são conhecidos e trabalhados no seu contexto de Igreja e sociedade?